

TVR
N.º 87, DE 2023
(Do Poder Executivo)
MSC 672/2022
OF 692/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.090, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Contagem , Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 672

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.090, de 16 de outubro 2020 - Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, no município de Contagem - MG;
- 2 - Portaria nº 1.101, de 16 de outubro 2020 - Associação Comunitária de Comunicação de São Bento, no município de São Bento - PB; e
- 3 - Portaria nº 2.654, de 19 de maio 2021 - Associação de Águas e Comunicações de São José do Seridó, no município de São José do Seridó - RN.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.



Brasília, 21 de Junho de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.058647/2017-06, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, explore pelo prazo de dez anos a partir de 21 de fevereiro de 2018, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1074/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1090, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2020, que trata da renovação.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO PORTARIA Nº 1090/2020/SEI-MCOM de 16 de outubro de 2020

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000425/2002 e nº 01250.058647/2017-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5995532** e o código CRC **37FAE2F8**.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.086/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000444/2002 e nº 53900.029915/2015-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de agosto de 2015, a autorização outorgada à Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina, inscrita no CNPJ nº 24.303.216/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.087/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001740/1998 e nº 53900.017351/2015-67, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de julho de 2015, a autorização outorgada à Associação Distribuidora de Pão Aos Pobres, inscrita no CNPJ nº 56.011.737/0001-64, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.088/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.063871/2005 e nº 01250.003579/2018-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de novembro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Para o Progresso de Maranguape, inscrita no CNPJ nº 02.054.798/0001-80, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maranguape, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.089/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.000157/2000 e nº 01250.075783/2017-52, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 2 de junho de 2018, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária São João FM, inscrita no CNPJ nº 03.239.681/0001-33, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São João do Polêsine, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.090/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000425/2002 e nº 01250.058647/2017-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.091/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001120/1999 e nº 53000.007892/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, inscrita no CNPJ nº 03.274.176/0001-20, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marapoama, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.092/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000098/2002 e nº 53900.016431/2015-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento, CNPJ nº 04.930.259/0001-92, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Livramento, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.093/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.001247/2002 e nº 01250.079883/2017-58, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Paz FM, CNPJ nº 05.020.092/0001-95, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Planaltina, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.094/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000484/1999 e nº 53900.039838/2015-09, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II, CNPJ nº 02.486.671/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Serraria, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.095/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000013/2002 e nº 01250.080061/2017-10, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo, CNPJ nº 04.779.845/0001-88, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Carlo, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.096/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000011/1999-61 e nº 53900.035341/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho, CNPJ nº 02.929.455/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salgadinho, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.097/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001153/1998 e nº 01250.010509/2016-57, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia, CNPJ nº 02.749.800/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ponta Grossa, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 13566/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo
nº 01250.058647/2017-06.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho a Vossa Senhoria processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 21/06/2021, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7645842** e o código CRC **934877B8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13566/2021/MCOM - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 7645842

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21755/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **01250.058647/2017-06**

Processo de Outorga nº: 53710.000425/2002

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de CONTAGEM/MG.

ANÁLISE

2. A vigência da referida outorga terá seu termo final em **21/02/2018**. De acordo com o art. 6º-A da Lei nº 13.424/2017, publicada no DOU de 29/03/2017, *"a entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga"*. Dessa forma, caso esta entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **21/12/2017**, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

III. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º da Norma nº 01/2015; e

V. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

3. Informamos que, conforme o Parágrafo 2º do art. 131 da Norma nº 01/2015, este Ministério poderá solicitar a apresentação dos documentos referidos nos incisos II e III do art. 130, ou seja, o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e a Certidão Negativa da Anatel, caso haja a impossibilidade de obtê-los diretamente pela *internet*.

4. Ressaltamos ainda que, de acordo com o art. 6º-B da Lei nº 13.424/2017, em caso de não apresentação do pedido de renovação no prazo previsto no art. 6º-A da referida Lei, ou seja, entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, no penúltimo mês que antecede o vencimento da outorga, este Ministério enviará notificação para que a entidade se manifeste, concedendo-lhe prazo de 30 (trinta) dias para resposta. Nesse caso, se a manifestação for tempestiva, será aplicado o Parágrafo 3º do art. 6º-B e "a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo as regras do art. 59 da Lei nº 4.117/1962". Caso não haja manifestação, ou sendo intempestiva a resposta, "o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente", de acordo com o Parágrafo 5º do art. 6º-B.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/10/2017, às 15:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2239531** e o código CRC **DDC8A52F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 2239531



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 41574/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida
(CNPJ nº 03.015.043/0001-39)
Rua Rio Branco, nº 233
32.223-540 Contagem / MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.058647/2017-06.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21755/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 26/09/2017, às 09:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/10/2017, às 15:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2239576** e o código CRC **0AFDC770**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 41574/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 2239576

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 41574/2017/SEI-MCTIC, 02/10/2017

01250.058647/2017-06

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso

Indevido de Drogas

Rua Rio Branco, nº 233

32.223-540 Contagem / MG

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

11/10/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT DO EMPREENHADOR
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0453 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

J R 32768386 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

09 OUT 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

01250.066558/2017-25

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

Qualificação da entidade	
Razão Social: Associação Comunitária de Prevenção ao uso Indevido de Drogas – PROJETO DE VIDA	
Nome Fantasia: Radio Vida	
CNPJ: 03.015.043.0001/39	
Endereço de Sede: Rua Rio Branco	Nº: 233D
Bairro: Amazonas	CEP: 32223-540
Cidade: Contagem	UF: MG
Nome do representante legal: Giovanni Alexandre Silva	
Endereço eletrônico (e-mail): projetodevida@ig.com.br	

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Contagem/MG, 30 de junho de 2017



Assinatura do representante legal da entidade


Endereço de correspondência: Rua Rio Branco 233D	
Bairro: Amazonas	CEP: 32223-540
Cidade: Contagem	UF: MG

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 30/10/17 às 14:00 horas

Assinatura: 

Alteração Estatutária da Associação Comunitária de
Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – PROJETO DE VIDA



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – **PROJETO DE VIDA**. Fundada em 19 de fevereiro de 1999, CNPJ nº 03.015.043.0001-39 é uma associação para fins não econômicos, de caráter filantrópico e beneficente, cujo nome fantasia é **"PROJETO DE VIDA"**. A associação terá duração por tempo indeterminado, e, sua sede situa-se no Município de Contagem – Minas Gerais, a Rua Rio Branco, 233D, Bairro Amazonas e foro em Contagem.

Art. 2º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – **"PROJETO DE VIDA"**, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – **"PROJETO DE VIDA"**, terá seu regimento interno próprio que aprovado pela assembléia geral, disciplinará seu funcionamento.

Art. 4º – Afim de cumprir suas finalidades, a associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerem pelo regimento interno.

Art. 5º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – **"PROJETO DE VIDA"**, tem por finalidade:

I - Criar, elaborar, desenvolver, executar e promover ações de prevenção, tratamento e reabilitação da dependência química.

II – Criar, elaborar, desenvolver, executar e promover ações de reinserção social para o dependente químico.

III- Elaborar, criar, desenvolver, executar o atendimento de assistência social relativos ao cidadão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

IV – Elaborar, criar, desenvolver, executar ações que visem à promoção humana a fomentação da cidadania e da mobilização social.

V – Promover ações objetivando o amparo e promoção à família, a maternidade, a infância, à adolescência e a velhice.

Para o Julgamento



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRACA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG - 31-3598-1338 - cartoriodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conteúdo e forma conforme original apresentado.

[Assinatura]
Dou F.A. Escrevente - JENIFER DIAS TEIXEIRA

Ibirté - Durval de Barros, 25/09/2017, 15:19:43
Emol.: R\$ 4,80 Taxa: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53575

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS - IBIRITÉ - MG

VI – Desenvolver, promover e executar ações relativas ao atendimento , na modalidade de abrigo temporário , transitório ou de longa permanência.

VII – Executar serviço de rádio difusão comunitária.

VIII – Promover, criar, executar ações, programas e projetos objetivando a fomentação da arte, da cultura e do esporte, lazer, turismo, educação, através das políticas publicas.

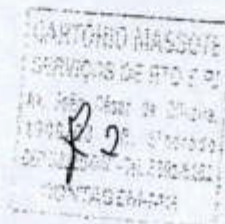
IX - Promover, criar, executar ações, programas e projetos objetivando a fomentação das políticas publicas de saúde, assistência, segurança e defesa social.

Parágrafo 1º : As normas, objetivos e atividades decorrentes do inciso VIII deste artigo reger-se-ão pelo disposto no Capítulo V , artigo 33 e seus incisos.

Parágrafo 2º : A associação terá seu funcionamento e suas atividades subsidiadas através de contribuições, doações, parcerias, atividades voluntárias e convênios públicos e privados.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS



Art. 6º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “**PROJETO DE VIDA**” é constituída por número ilimitado de sócios, poderão se inscrever como sócios todas as pessoas com residência neste município, maiores de 18 (dezoito) anos, sem distinção de sexo, cor, raça, nacionalidade, religião. Além de pessoas jurídicas, que contribuirão de alguma forma para manutenção da entidade sob o aspecto legal civil, distribuídos nas categorias de fundador, benfeitor, honorário, contribuinte e outros, assim definidos:

- I sócios fundadores são aqueles que participaram da assembléia de constituição da entidade e assinaram a respectiva ata.
- II sócios contribuintes são os que contribuem com uma importância mensal no valor e modalidade estabelecida pela diretoria.
- III sócios benfeitores são os que contribuem com a entidade espontaneamente e periodicamente, sem que a mesma estipule a forma ou a quantia.
- IV sócios beneméritos são os que prestam à entidade relevantes serviços, pertencendo ou não ao quadro social, sendo os mesmos indicados pela Assembléia Geral.
- V sócios honorários são os que, prestando à Entidade relevantes serviços,

Dado e assinado em





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITE - MG - 31-3598-1338 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conferido e assinado conforme original apresentado.

Jennifer Damas Teixeira
Dou Fe. Escrevente: JENNIFER DAMAS TEIXEIRA
Ibirite - Durval de Barros, 25/09/2017 15:12:43
Emol.: R\$ 4,80 Tfu: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53576

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS - Ibirite - MG

não pertencem ao quadro social e não residem na comunidade ou no município.

Parágrafo único: O candidato a sócio deverá se apresentar a entidade, porém seu ingresso dependerá de aprovação prévia da assembleia geral, não havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocas.

Art. 7º – São direitos dos sócios quites com sua obrigação sociais:

- I – votar e ser votado para os cargos eletivos.
- II – tomar parte nas Assembleias gerais.

Art. 8º – São deveres dos sócios:

- I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais.
- II – acatar as determinações da diretoria.

Parágrafo Único: Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria, após o exercício de direito de defesa. Da decisão caberá recurso da assembleia geral.

Art. 9º – Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição, salvo aqueles advindos de conduta dolosa ou culposa.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas “Projeto de Vida” - será administrada por:

- I – uma assembleia geral.
- II – uma diretoria.
- III – um conselho fiscal.

Art. 11 – A assembleia geral, órgão soberano da entidade, será constituída de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12 – A assembleia geral terá um presidente, indicado pelos demais membros da assembleia, obedecendo-se na indicação a preferência por aquele membro com mais tempo na assembleia, que, deverá ser eleito por maioria absoluta de votos daqueles membros presentes. A assembleia será devidamente convocada para este fim.

Art. 13 – Compete a assembleia geral





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS - IBIRITÉ - MG - 31-3598-1338 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conferido e achado conforme original apresentado.

[Assinatura]
Dou Fê. Escrevente: JENIFFER CAMAS TEIXEIRA

Ibirité - Durval de Barros, 25/09/2017 15:19:43
Emol.: R\$ 4,80 Tfu: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53577

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS - IBIRITÉ - MG





- I – eleger a diretoria e o conselho fiscal
- II – destituir os administradores
- III – apreciar recursos contra as decisões da diretoria
- IV – decidir sobre reformas do estatuto
- V – conceder o título de associados beneméritos e honorários por proposta da diretoria
- VI – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir e hipotecar ou permutar bens patrimoniais,
- VII – decidir sobre a instituição da entidade nos termos do estatuto
- VIII – aprovar as contas
- IX – aprovar o regimento interno

Art. 14 – A assembléia geral realizar-se á, ordinariamente uma vez por ano para:

- I – apreciar o relatório anual da diretoria
- II – discutir e homologar as contas e o balanço fiscal
- III – um conselho fiscal.

Art.15 – A assembléia geral realizar-se á extraordinariamente, quando convocada.

- I – pelo presidente da diretoria
- II – pela diretoria
- III – pelo conselho fiscal
- IV – por requerimento de 1/5 dos associados quites com suas obrigações sociais.

Art. 16 – A convocação da assembléia geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por circulares ou por outros meios convenientes, com antecedência mínima de oito dias.

Parágrafo 1º : - A assembléia geral se reunirá em 1ª. (primeira) convocação, com a maioria simples dos sócios, e, em 2ª. (segunda) convocação com qualquer número, não exigindo quorum especial.

Parágrafo 2º : - Para as deliberações que se referem aos incisos II e IV do artigo 13º e exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes á assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira

Dona E. Juliano





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS - IBIRITÉ - MG - 31.3598-1338 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conteúdo é verificado conforme original apresentado.

Reverso

Dou Fê. Escrevente: JENNIFER CAMAS TEIXEIRA

Idrité - Durval de Barros, 25/09/2017 15:19:43
Emol: R\$ 4,80 TPU: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53578

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS - IBIRITÉ - MG



convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Art. 17 – A diretoria será constituída por:

- I – presidente
- II – vice-presidente
- III – secretário
- IV – tesoureiro



V – três Conselheiros Fiscais.

Art. 18 – São condições de elegibilidade para os cargos referidos no caput deste artigo:

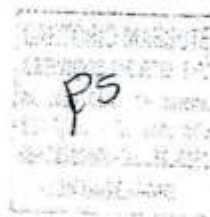
- I – ter idoneidade moral.
- II – ser sócio.
- III – ser residente e domiciliado no logradouro da sede da associação ou limítrofes.
- IV – Ter comprovadamente 04 anos de atuação nas atividades promovidas pela entidade.

Art. 19 – As eleições dar-se-ão a cada quatro anos, consideram-se eleitos os candidatos, a qualquer dos cargos elencados no caput deste artigo, desde que obtenham a maioria simples de todos os sócios votantes, independentemente de quorum.

Parágrafo único: O mandato da diretoria será de quatro anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 20 – Compete à diretoria:

- I – elaborar e executar programa anual de atividades.
- II – elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual.
- III – entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- IV – contratar e demitir funcionários sob remuneração compatível com as possibilidades financeiras da entidade.



Dava & Sulgiero





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG - 31.399-1338 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conferido e autuado conforme original apresentado.

[Assinatura]
Dou Fê Escrivente - JENIFFER CAMAS TEIXEIRA

Ibirité - Durval de Barros, 25/09/2017 15:19:42
Emol.: R\$ 4,80 TPUE R\$ 1,49 Total R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53579

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG



V – recrutar atividade voluntária, de acordo com a lei federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.



Art. 21 – A diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 22 – Compete ao presidente:

- I – receber doações e subvenções;
- II – cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno.
- III – presidir a assembléia geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria.
- V – movimentar conta bancárias, juntamente com um dos tesoureiros ou individualmente;
- VI – formar convênios com repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- VII – representar a associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, em juízo e fora dele.

Art. 23 – Compete ao vice-presidente:

- I – substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.
- III – prestar, de modo geral, colaboração ao presidente.

Art. 24 – Compete ao primeiro secretário:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia geral.
- II – publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 25 – Compete tesoureiro:

- I – apresentar semestralmente o balancete;
- II – manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- III – movimentar contas bancárias, com a anuência do presidente.
- IV – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados,



Paula de Paula





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITE - MG - 31-3598-1338 - cartoriordurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conferido e autenticado conforme original apresentado.

CARTÓRIO
Zulmira
Dou F. Escrivente: JENIFER DAMAS TEIXEIRA
Ibirite - Durval de Barros, 26/08/2017 16:19:45
Emol.: R\$ 4,80 **TELE. R\$ 1,49** Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53580

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
IBIRITE - MG



rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

- V – pagar as contas autorizadas, expressamente, pelo presidente ou seu substituto eventual;
- VI – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VII – apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembléia geral;
- VIII – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria;



Art. 26 – O conselho fiscal será constituído por três membros, e seus respectivos suplentes, todos eleitos pela assembléia geral, observado o seguinte:

- I – o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.
- II – em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 27 – Compete ao conselho fiscal :

- I – opinar sobre aquisição e alienação de bens.
- II – examinar os livros de escritura da entidade.
- III – examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, emitindo parecer a respeito.
- IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- V – requisitar, a qualquer membro e a qualquer momento, a exibição de documentos relativos à Sociedade.

Parágrafo único: O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, após prévia convocação.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMONIO



Para o Julgamento



Art. 28 – O patrimônio da associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “Projeto de Vida” será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

Art. 29 – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no Território Nacional.

Art. 30 – As atividades dos diretores, conselheiros, instituidores ou demais sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 31 – A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPÍTULO V:

DA ATIVIDADE DE RADIODIFUSÃO



Art. 32 – A atividade de difusão comunitária, de caráter cultural, tem por finalidade:

- I – contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- II – dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- III – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV – coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- V – promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- VI – promover continuamente o debate objetivando ao avanço dos projetos comunitários.

Dafra e Purgu R



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG - 31-3596-1338 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conteúdo e autenticidade confirmada original apresentado.

Jennifer Camas Teixeira
Dou F. Escrivente - JENNIFER CAMAS TEIXEIRA

ibirité - Durval de Barros, 25/09/2017 15:19:44
Emol.: R\$ 4,80 TCU: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53582

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33 – Os bens móveis ou imóveis que a entidade possua ou venha a possuir, só poderão ser gravados com hipoteca, ou alienados por decisão da assembléia geral.

Art. 34 – O exercício financeiro será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao inventário de todos os bens e ao levantamento da receita obtida e da despesa realizada, com divulgação de breve relatório e justificativa das atividades.



Art. 35 – O presente estatuto social poderá ser reformado a qualquer tempo, a critério da assembléia geral.

Art. 36 – Se, por qualquer motivo, a entidade se dissolver, o seu patrimônio e as obrigações por ela assumidas serão destinadas à outra instituição congênere que faça parte da comunidade, devidamente registrada no CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou a uma entidade

pública, a juízo da assembléia geral que determinar o encerramento das atividades.

Parágrafo único: Não existindo no Município, no Estado no Distrito Federal ou no território em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo o que remanescer do seu patrimônio, se devolvera a Fazenda do Estado do Distrito Federal ou da União

Art. 37 – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembléia geral.

Contagem, 05 de agosto de 2014.

Presidente:

Vice-presidente:

Secretaria:

Márcia Gandra de Souza.

Dalva de Figueiredo





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG - 31.3598-1338 - cartoriurdurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
Conferido e autuado conforme original apresentado.

[Assinatura]
Dou F. Escrivão: JENIFFER DAMAS TEIXEIRA

Ibirité - Durval de Barros, 25/09/2017 15:19:44
Emol.: R\$ 4,80 TFC: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 53583

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
IBIRITÉ - MG



Tesoureiro:

[Handwritten signature]



Conselho Fiscal:

1. *[Handwritten signature]*

2. *[Handwritten signature]*
3. *[Handwritten signature]*

Adilson de Jesus Costa Neto
Sampa e Tulgemo

Rio

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

Av. Joao Cesar de Oliveira, 1306 - II 03 - Eldorado - Contagem/MG
tel. (31) 3391.6161 - OFICIAL: AMERICO BARROSO MASSOTE

Av.20 no Livro A, sob o numero 6.471,

Contagem/MG, 01 de setembro de 2014

[Handwritten signature]
Bárbara Cassia Ferreira, Escrevente Substituta

EMOLUMENTOS: R\$133,06 RECOMPE: R\$7,98 T.F.J.: R\$46,83 TOTAL: R\$187,87



ASSOCIACAO CONTABILISTA DE PREVENCAO RP:008647





Aos quatro dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS –PROJETO DE VIDA** se reuniu em assembleia ordinária, conforme a convocação de sua diretoria, para realizar a eleição e posse da nova diretoria, para o quadriênio 2015/2019. A assembleia foi aberta pelo presidente Giovanni Alexandre Silva, que esclareceu que o atual mandato da diretoria terminará no dia nove de fevereiro do corrente ano, e que em função do recesso de carnaval, julgou-se necessário a antecipação da eleição e posse da nova diretoria, objetivando evitar a falta de quórum. Feita a explicação, e obtendo a aprovação de todos os demais presentes, o presidente passou a condução dos trabalhos para a Senhora Maurília Magna Grandra, que deu prosseguimento aos encaminhamentos. Para iniciar o processo de eleição, a senhora Maurília, convocou outros dois participantes para auxiliá-la, assim passaram a coordenar os trabalhos, além da senhora Maurília, Wellington Rosa de Souza e Graciana Fulgêncio, que fizeram a leitura dos artigos do estatuto que se referem à composição, funções e duração do mandato da diretoria. Encerrada a leitura, os coordenadores dos trabalhos, esclareceram que conforme prevê o parágrafo único do Artigo 19, do estatuto da entidade, o atual presidente, bem como os demais membros da atual diretoria podem ser reconduzidos aos cargos por mais um período; e que, considerando os bons serviços prestados, o mais adequado é reconduzi-los a seus cargos, por um novo mandato. A sugestão foi prontamente acolhida pelos demais membros da assembleia. Porém o atual vice-presidente senhor Miguel Junior de Jesus Duarte, pediu a palavra para solicitar o seu afastamento do cargo atual, alegando que, em função de compromissos profissionais, tem encontrado dificuldade para se manter informado e atuante, frente as ações da entidade, e que por isso gostaria de solicitar que houvesse a sua substituição por outra pessoa. Após ouvir as considerações do senhor Miguel Junior, os demais membros da atual diretoria, sugeriram que o vice-presidente, aceitasse um outro cargo, mas que não se desligasse da diretoria; o que foi aceito pelo senhor Miguel Junior. Considerando que nada mais foi suscitado pelos presentes, a coordenação da assembleia deu início ao processo de eleição e posse da diretoria, lendo a composição da mesma: **PRESIDENTE** Giovanni Alexandre Silva, **VICE- PRESIDENTE**: Victor Hugo Ciriaco, **SECRETARIA**: Mariane Gandra de Souza, **TESOUREIRO**: Miguel Junior de Jesus Duarte, e **CONSELHEIROS FISCAIS**: Dalva de Carvalho Fulgencio, Adelino da Guarda Costa Neto e Gleisson Ananias Costa, Apresentada a nova composição da diretoria, a decisão de recondução dos indicados para mais um mandato, foi colocada em votação, tendo sido aprovada pra maioria absoluta. Sendo assim, por decisão da assembleia geral, foram eleitos e empossados, como diretores do projeto de vida, no quadriênio 2015/2019. **PRESIDENTE**: Giovanni Alexandre Silva, brasileiro, fotografo, casado, RG 3.939.180, CPF 735.640.016-20 residente a Rua Capela, 110 no Bairro Jardim Riacho das Pedras/Contagem; **VICE- PRESIDENTE**: Victor Hugo Ciriaco, brasileiro, casado, industrial, RG MG 6.283.174, CPF 012.656.546-64, residente a Rua Antares, 185 bloco A/391, no Bairro Jardim Riacho das Pedras, **SECRETARIA**: Mariane Gandra de Souza, brasileira, solteira, enfermeira, RG MG 100.403.32, CPF 081.939.716-93, residente a Rua Rio Madeira 214, no Bairro Amazonas/ Contagem; **TESOUREIRO**: Miguel Junior de Jesus Duarte, brasileiro, casado, comerciante, RG MG 10.810.356 e do CPF 043.726.756-31, residente a Rua Lafaiete, 75, Bairro Amazonas/ Contagem e, **CONSELHEIROS FISCAIS**: Dalva de Carvalho Fulgencio, brasileira, viúva, aposentada, RG 3.322.264, e CPF 494.758.436-04, residente a Rua Rio

autenticado
no verso

Dalva e Fulgencio

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
 PRACA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
 IBIRITÉ - MG - 31.359-1338 - cartoriodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
 Conferido e achado conforme original apresentado.

[Assinatura]
 Dou F. Escrivente - **MAIANE CORREA FERREIRA ROCHA**
 Ibité - Durval de Barros, 25/10/2017 14:16:52
 Emol.: R\$ 4,80 T.F.J.: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

DE BARROS

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 58594

Madeira 337, Bairro Amazonas/Contagem, Adelino da Guarda Costa Neto, casado, músico, RG MG 13568.161, e CPF 463.746.715-20, residente a Rua Maria Candida, 15/102, no Bairro Santa Maria em Contagem/MG, Gleisson Ananias Costa, brasileiro, casado, comerciante, RG 6.666.477 e CPF 933.976-00, residente a Rua Joao Nogueira 102, Bairro Inconfidentes/Contagem. Encerrados os trabalhos, o presidente Giovanni Alexandre, falou em nome dos demais membros da diretoria, agradecendo a todos pela confiança e apoio ao que vem sendo construído, solicitando que todos continuem dispostos a ceder parte de seu tempo na construção de uma sociedade cada dia mais justa e solidária. Em seguida, a assembleia foi encerrada, para que a ata fosse lavrada, lida e assinada por todos. CONTAGEM, 04 DE FEVEREIRO DE 2015.



PRESIDENTE:

Giovanni Alexandre

VICE-PRESIDENTE:

SECRETARIA:

Maricene Gandia de Souza

TESOREIRO:

Augusto Gomes de Jesus Santos

CONSELHO FISCAL:

1

Dora C. Pulgencas

2

Adelino da G. Costa Neto

3

Jefferson

AUTENTICAÇÃO
NO VERSO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Av. Joao Cesar de Oliveira, 1306 - IJ 03 - Eldorado - Contagem/MG
tel. (31) 3391.6161 - OFICIAL: AMÉRICO BARROSO MASSOTE

Av. 22 no Livro A, sob o número 6.471.

Contagem/MG, 03 de março de 2015.

Maria de Fatima Queros Araujo, Escrevente Substituta

EMOLUMENTOS: R\$112,46 RECOMPE: R\$8,75 T.F.J. R\$40,13 TOTAL: R\$161,34



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO - RP/C006471

FAT 119



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
 PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
 IBIRITÉ - MG - 31-3598-1338 - cartoriomdury3@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
 Conteúdo e autêntico conforme original apresentado

[Assinatura]

Dou.Fé. Escrevente - **NAIANE CORREA FERREIRA ROCHA**
 Ibrité - Durval de Barros, 25/10/2017 14:16:53
 Emol.: R\$ 4,80 T.F.J.: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

DE BARROS

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 58595

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-3.939.180 DATA DE EMISSÃO 16/10/2001

NOME
GIOVANNI ALEXANDRE DA SILVA

FILIAÇÃO
**ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA
MARIA FAUSTA DA SILVA**

NATURALIDADE
CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO
31/7/1970

DOC. ORIGEM
CAS. LV-15B FL-37

CONTAGEM-MG

CPF
735640016-20

PIC-1847 2. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PIC 1847-3

CARTÃO DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

SIGNATURA DO TITULAR

CARTÓRIO CAMPOS

Selo de Fiscalização

AFS 41907

CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE NOTAS - CONTAGEM-MG

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dado em

CONTAGEM

MG

19 MAR. 2015

Em test. da verdade

EMOL: 3.691847,15 TO: 4,84



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-6.283.174 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/02/1999

NOME
VICTOR HUGO CIRIACO COSTA

FILIAÇÃO
**HELIO PEREIRA COSTA
MARIA DE LOURDES CIRIACO COSTA**

NATURALIDADE
BELO HORIZONTE-MG

DATA DE NASCIMENTO
11/4/1981

DOC. ORIGEM
NASC. LV-357 FL-247

BELO HORIZONTE-MG

CPF
012656546-54

BELO HORIZONTE, MG
PIC-1229

ASSINATURA DO DIRETOR
DEL MARIO BARRIGO DOMINGUES

3.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL - CONTAGEM/MG

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

CONTAGEM 19 MAR 2015

Em teste da verdade

EMOL: 3,89 - FU 1,18 TOTAL: 4,84

Manoel Parreiras Campos - Tabelião
Fernando Antônio César - Substituto
Ricardo Proton Campos - Escrevente
Ronaldo Tadeu Barbosa - Escrevente
Del. Diego Ferraz Proton Campos - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

1229

POLEGAR DIREITO

Victor Hugo Ciriaco Costa

IDENTIFICADORA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG 10.040.332 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/01/2007

NOME
MARIANE GANDRA DE SOUZA

FILIAÇÃO
JOAO AMARAL DE SOUZA
MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA

NATURALIDADE
CONTAGEM-MG

DOC. ORIGEM NASC. LV 132A FL 114

CPF 081938716-93

DATA DE NASCIMENTO
24/02/1988

NILMA G. REIS SANTOS
ASSINATURA DO DIRETOR

DI-0-2591

LEI Nº 7.116 DE 1908/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

081.938.716-93

MARIANE GANDRA DE SOUZA

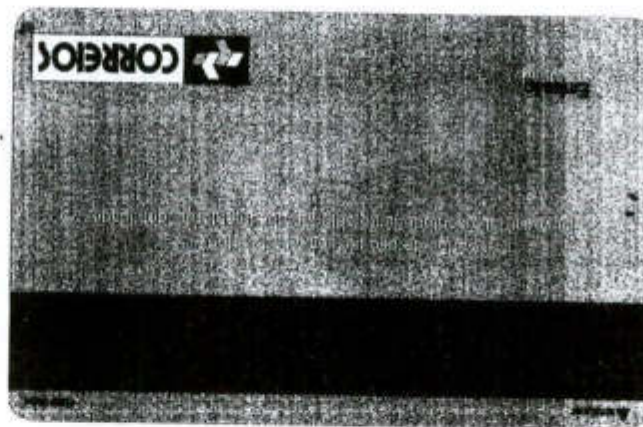
24/02/1988

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Mariane Gandra de Souza

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO DE IDENTIFICACAO

SERIAL: MG-10.810.356 DATA DE EMISSAO: 03/07/1998

NOME: MIGUEL JUNIOR DE JESUS DUARTE

FILIAÇÃO: MIGUEL FERREIRA DUARTE
NILZA DE JESUS DUARTE

NATURALIDADE: CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO: 4/10/1981

DOC. ORIGEM: NASC. LV-99 FL-275V

CONTAGEM-MG

CH: *Marcio Barro*

PELO HORIZONTE: MARCIO BARRO DOMINGUES

PIR-1727 ASSINATURA: *Miguel Junior de Jesus Duarte* 1.VIA

LEI Nº 116 DE 20/04/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

7024673

POSTO 4

POLEGAR DIREITO

Miguel Junior de Jesus Duarte

ASSINATURA DO USUÁRIO

CARTÃO DE IDENTIFICACAO

REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA - ANO 2017, entidade Mantenedora da Rádio Comunitária Vida FM.



Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de 2017, às 16 horas e 30 minutos, aconteceu na **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA**, entidade mantenedora da Rádio Comunitária FM Vida FM 87,9 reunião deliberativa do Conselho Comunitário do Projeto de Vida – na sede da mesma, tendo em vista deliberação acerca da programação da Rádio Vida. O Conselho é composto por representantes das seguintes Entidades: **Nelza Maria de Souza Silva, M2484391, residente a Rua Rio Tigre, 149, Bairro Riacho nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Lagoa Azul; Maria Vicentina Santos, MG 89263, CPF 133817096-15, residente á Rua Messias Luiz de Freitas, 324, C4, Bairro Inconfidentes nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Maria de Lourdes Gonçalves; Maria Bernadete Faria Santos, M4307665, CPF 651042506-87, residente a Rua Camilo Shiara, 392/310b, Bairro Flamengo nesta cidade, presidente da Associação dona Marilena pinto de Mattos – CEI Dona Belinha; Jackson Luiz De Freitas, RG M3464187, CPF 666109826-00, residente á Rua Tiradentes, 1672, Bairro Industrial nesta cidade, Pastor da comunidade Graça e Paz; Osvaldo gomes de Abreu, RG MG 7220784, CPF 796.254.016-87, residente á Rua Manoel Zacarias, 124, b. Inconfidentes, Pastor da Associação da Igreja Metodista, 4ª Região Eclesiástica, nesta cidade.** Para dar início o presidente em exercício Giovanni Alexandre Silva deu boa vindas aos presentes e ressaltou ao prestígio deste conselho para esta ação tão importante para a população. Foi concedida a oportunidade para cada um dos presentes a fim de expor suas opiniões sobre a programação e melhorias. Jackson Luiz De Freitas relacionou a importância da Rádio Comunitária Vida FM para a comunidade e o relevante trabalho que a Rádio tem feito em prol da população, como divulgação de eventos e informações locais inerentes à comunidade. A Rádio Comunitária Vida FM, tem em sua programação atual, programas de entretenimento como o Show da Alegria, onde o foco é a interação direta com o ouvinte, entrevistas e muita diversão. Melhor da tarde, com ritos variados e participação da comunidade. Discoteca sertaneja com Toninho Malacacheta, os sucessos da música de raiz, onde visa atender também ao público da terceira idade. As mais pedidas do dia, com mensagens de reflexão. Good Night, o melhor da música anos 70, 80 e 90. Falando de Vida o melhor da música gospel. A Rádio conta com quadros de entrevista com diversos temas, onde participam advogados, veterinários, profissionais da estética e área de saúde, para orientar e sanar as dúvidas da comunidade, informações da Câmara Municipal de Contagem e do diário de Contagem sobre o que acontece na cidade, além de dar espaço para incluir os músicos locais para divulgar e mostrar os seus trabalhos. A Rádio Comunitária Vida FM 87,9, também realiza Blitz com campanhas, educativas, sociais e informativas. A Rádio Comunitária Vida FM, reconhece que ainda tem muito a contribuir com a comunidade. O presidente Sr. Giovanni Alexandre da Silva, sugeriu abrir dentro da programação da Rádio Vida um quadro onde a comunidade participa, com temas livres referentes a artes, o qual foi aceito imediatamente. A reunião



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DURVAL DE BARROS
 PRAÇA ZULMIRA CAMPOS, Nº 701 - BAIRRO DURVAL DE BARROS
 IBIRITÉ - MG - 31.359-1336 - cartoriiodurval@gmail.com

AUTENTICAÇÃO
 Conferido e achado conforme original apresentado

Rocha

Dou F.º Escrevente: **MAIANE CORREA FERREIRA ROCHA**
 Ibirité - Durval de Barros, 25/10/2017 14:16:56
 Emol.: R\$ 4,80 TPJ.: R\$ 1,49 Total: R\$ 6,29

São de fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CRY 58598

DURVAL DE BARROS

deliberativa do conselho comunitário encerrou-se depois de relatado em ata e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, eu Maurília Magna Gandra de Souza, secretária, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo conselho.

Contagem, 01 de outubro de 2017.

Nelza Maria de Souza Silva
Nelza Maria de Souza Silva
Centro Educacional Infantil Lagoa Azul

Maria Vicentina Santos
Maria Vicentina Santos
Centro Educacional Infantil Maria de
Lourdes Gonçalves

Maria Bernadete Faria
Maria Bernadete Faria
Centro CEI Dona Belinha

Jackson Luiz de Freitas
Jackson Luiz De Freitas
Pastor da comunidade Graça e Paz

Oswaldo Gomes de Abreu Júnior
Oswaldo Gomes de Abreu Júnior
Associação da Igreja Metodista

Maurília Magna Gandra de Souza
Maurília Magna Gandra de Souza
Secretária do projeto de Vida

Giovanni Alexandre Silva
Giovanni Alexandre Silva
Presidente





Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiopropagação
Coordenação Geral de Radiopropagação Comunitária - CGRC
Esplanada do Ministério, Bloco R, Sala 307 - Anexo Vestib
CEP: 70.044-900
Brasília - DF



a vida sem drogas é um grande projeto.

Rua Rio Branco 233D - Bairro Amazonas - Contagem - MG - Fone: 3361-7526 - CEP 32.223.540
www.projetodevida.org.br



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 11572/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 01250.058647/2017-06, de interesse da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, sediada em Contagem / MG, para renovação da outorga referente ao período de 21 de fevereiro de 2008 a 21 de fevereiro de 2018.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 04/04/2018, às
14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2803845** e o código CRC **A29E8291**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11572/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 2803845



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 11573/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida
(CNPJ nº 03.015.043/0001-39)
Rua Rio Branco, nº 233
32.223-540 Contagem / MG

Assunto: **Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.058647/2017-06.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 21 de fevereiro de 2008 a 21 de fevereiro de 2018, protocolizado sob o nº 01250.058647/2017-06, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 04/04/2018, às
14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2803847 e o código CRC **D5976102**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 11573/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 2803847

Data de Envio:

10/04/2018 17:35:34

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

diretoriaprojetodevida@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.058647/2017-06

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2803847.html



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.015.043/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/03/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R RIO BRANCO C/ JAPURA	NÚMERO 233 D	COMPLEMENTO
CEP 32.223-540	BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS	MUNICÍPIO CONTAGEM
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (031) 3617-526
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **26/02/2019** às **14:44:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. DE PREV. AO USO INDEVIDO DE DROGAS-
PROJ.VIDA
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:32:13 do dia 26/02/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/03/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03015043/0001-39

Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA

Endereço: RUA RIO BRANCO 233 D / AMAZONAS / CONTAGEM / MG / 32223-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/02/2019 a 11/03/2019

Certificação Número: 2019021014060867107208

Informação obtida em 26/02/2019, às 14:36:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS -
PROJETO DE VIDA**
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:59:33 do dia 07/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/05/2019.

Código de controle da certidão: **FAC3.D1BF.E25D.93F7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS
- PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certidão nº: 168389313/2019

Expedição: 26/02/2019, às 14:34:31

Validade: 24/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.015.043/0001-39**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:	CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:	CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:			UF:	CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (2345613).

1.1) Data de recebimento / Protocolo no SEI: 30/10/2017.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: pendente. Deverá ser encaminhado Requerimento de Renovação conforme o Anexo 5 da Portaria 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, assinado por todos os dirigentes e contendo todas as declarações constantes do modelo encaminhado.

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (2345613).

3) Estatuto Social: fls. 2 a 20 (2345613).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 5º, VII;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica: o art. 6º do estatuto, que trata sobre a admissão de associados, não garante expressamente que o ingresso de toda e qualquer pessoa física ou jurídica será gratuito.

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: o estatuto não garante expressamente o direito de voz e voto dos associados nas instâncias deliberativas (assembleias gerais). O art. 7º, inciso II garante como direito dos associados “tomar parte nas assembleias gerais”, o que não tem o mesmo alcance de garantir expressamente o direito de voz e voto nas assembleias gerais;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7º, inciso I;

e) Órgão administrativo e cargos: arts. 17 e 19. Obs.: art. 10º fixa que a Entidade será administrada por uma Assembleia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, entretanto os membros do Conselho Fiscal foram equivocadamente incluídos na composição da Diretoria, no art. 17, alínea V;

f) Atribuição do Órgão administrativo: art. 20;

g) Cargos da Diretoria/atribuições: arts. 22 a 25;

h) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 19, parágrafo único (4 anos);

i) Especificação do Conselho Comunitário e modo de funcionamento: não previsto no estatuto.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º e 5º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6º (admissão) e art. 8º, parágrafo único (exclusão). O estatuto não prevê os requisitos para a demissão de associado (direito de demitir-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar necessário);

e) Direitos dos associados: art. 7º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 8º, parágrafo único;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 5º, §2º;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: arts. 11 a 16;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: arts. 13, IV, art. 16, §2º e art. 35 (alteração estatutária) e art. 36;

- k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 10 a 27;
- l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 13, II e IV e art. 16, §2º;
- m) Critérios de eleição dos administradores: art. 19;
- n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 15, IV;
- o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 36.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 21 a 24 (2345613). Mandato: 4/2/2015 a 4/2/2019 - vencida
Presidente: Giovanni Alexandre Silva (2º mandato consecutivo);
Vice-Presidente: Victor Hugo Ciriaco (2º mandato consecutivo);
Secretária: Mariane Gandra de Souza (2º mandato consecutivo);
Tesoureiro: Miguel Junior de Jesus Duarte (2º mandato consecutivo).

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF dos atuais dirigentes: pendente (ata vencida).
Os comprovantes da diretoria anterior se encontram às fls. 25 a 28 (2345613).

6) CNPJ: (3884823).

7) Certidão Negativa da Anatel: (3884829).

8) Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: Foi apresentado relatório de 01/10/2017 sem a respectiva grade e programação, às fls. 29 a 31 (2345613). Deverá ser apresentado relatório do Conselho Comunitário atualizado, acompanhado da atual grade de programação, contendo a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O relatório deve ser assinado por todos os conselheiros, com indicação de seus nomes e das respectivas entidades representadas.

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (3884831).

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: (3884833).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (3884845).

***PENDÊNCIAS:

- Requerimento de Renovação conforme o Anexo 5 da Portaria 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, assinado por todos os atuais dirigentes e contendo todas as declarações constantes do modelo encaminhado.

- No estatuto social:

PORTARIA MCTIC

- o estatuto não garante expressamente o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica (art. 6º do estatuto, que trata sobre a admissão de associados, não garante expressamente que o ingresso de toda e qualquer pessoa física ou jurídica será gratuito).
- o estatuto não garante expressamente o direito de voz e voto dos associados nas instâncias deliberativas (assembleias gerais). O art. 7º, II garante como direito dos associados “tomar parte nas assembleias gerais”, o que não tem o mesmo alcance de garantir expressamente o direito de voz e voto nas assembleias gerais;
- os membros do Conselho Fiscal foram equivocadamente incluídos na composição da Diretoria, no art. 17, alínea V;
- O estatuto não especifica o Conselho Comunitário e seu modo de funcionamento.

CÓDIGO CIVIL

- O estatuto não prevê os requisitos para a demissão de associado (direito de demitir-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar necessário).

- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada em cartório de pessoas jurídicas.

- Comprovantes de maioridade e nacionalidade dos atuais dirigentes.

- CPFs dos atuais dirigentes.

- Relatório do Conselho Comunitário atualizado, acompanhado da atual grade de programação, contendo a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O relatório deve ser assinado por todos os conselheiros, com indicação de seus nomes e das respectivas entidades representadas.

***CONCLUSÃO:

- Realizou-se pesquisa de vínculo com relação aos membros da última Diretoria e ao endereço da radiodifusora e não se verificou irregularidade.

- Todos os membros da última Diretoria eleita se encontravam no 2º mandato consecutivo no órgão diretivo, ou seja, nenhum deles poderá estar na Diretoria atualmente (art. 40, V, "b" da Portaria 4334).

- Processo ainda não instruído. Será elaborada Nota Técnica de exigência a fim de sanar as pendências observadas.

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Giovanni Alexandre da Silva	31/07/1970	735.640.016-20	MG-3.939.180	Antônio Alexandre da Silva / Maria Fausta da Silva	093665640248	-	-
Vice-Presidente	Victor Hugo Ciriaco Costa	11/04/1981	012.656.546-54	MG-6.283.174	Helio Pereira Costa Maria de Lourdes Ciriaco Costa	130122560248	-	-
Secretária	Mariane Gandra de Souza	24/02/1988	081.938.716-93	MG-10.040.332	João Amaral de Souza Maurília Magna Gandra de Souza	162976730299	-	-
Tesoureiro	Miguel Junior de Jesus Duarte	04/10/1981	043.726.756-31	MG-10.810.356	Miguel Ferreira Duarte Nilza de Jesus Duarte	139225820205	-	*

*filiado com pendência de cancelamento perante a Justiça Eleitoral (não há informação sobre o Partido de filiação).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 2960/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Contagem**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização (2345613), em 30/10/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 21/12/2017. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a. Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria. O art. 6º do estatuto, que trata sobre admissão de associados, não garante expressamente que o ingresso de toda e qualquer pessoa física ou jurídica será gratuito.</p> <p>b. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria. O art. 7º, II do estatuto garante como direito dos associados "tomar parte as assembleias gerais", o que não tem o mesmo alcance de garantir expressamente o direito de voz e voto nas assembleias gerais.</p>

Art. 130, §
1º, inciso
II c/c art.
40

Estatuto social adequado
à Portaria.

c. O art. 10º do estatuto fixa que a Entidade será administrada por uma Assembleia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, entretanto os membros do Conselho Fiscal foram equivocadamente incluídos na composição da Diretoria no art. 17, alínea V do estatuto. Tal dispositivo deve ser retificado, de forma a atender plenamente ao art. 40, inciso V, item "a" da Portaria.

d. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, inciso V da Portaria.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts.

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.			114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
		Estatuto social adequado ao Código Civil (Lei nº 10.406/2002)	O estatuto não prevê os requisitos para a demissão de associado (direito de demitir-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar necessário), em desacordo com o art. 54, inciso II do Código Civil.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição da diretoria encaminhada e s t á <u>vencida desde 04/02/2019</u>. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.</p> <p>Todos os membros da última Diretoria eleita se encontravam no 2º mandato consecutivo no órgão diretivo. Em atendimento ao art. 40, inciso V, item "b" da Portaria, nenhum deles poderá fazer parte atualmente do corpo diretivo da entidade.</p> <p><u>Observação:</u> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <u>todos</u> os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem

Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
		<p>O relatório encaminhado, de 01/10/2017, não contém a grade programação da emissora.</p> <p>Assim, para prosseguimento do processo, deverá ser encaminhado relatório elaborado pelo Conselho Comunitário atualizado, acompanhado da atual grade de programação, contendo a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p>Observação 1: poderão</p>

	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	--------------------------	---	---

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesial, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o

impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico Administrativo**, em 27/02/2019, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/03/2019, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3885393** e o código CRC **C6CE0DA9**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 - Requerimento de Renovação (3885389);

Checklist Roteiro - RadCom de 27/02/2019 (3885717).

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 3885393



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 6383/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida
(CNPJ nº 03.015.043/0001-39)
Rua Rio Branco, nº 233D Bairro Amazonas
32.223-540 Contagem / MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.058647/2017-06.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2960/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-

mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/03/2019, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3885723** e o código CRC **4E03F83A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6383/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 3885723

Contagem, 04 de maio de 2019.

CEPV/ 0/2019.

Assunto: RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 6383/2019/SEI-MCTIC

Prezado Senhores,

Com os cordiais cumprimentos, venho através desse justificar a existência de irregularidades apontadas pelo **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES** que se referem o encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.058647/2017-06.

Ressaltamos que referente o sumário da nota técnica, já estamos providenciando as pendências, sendo que a maioria já foi sanada. Tais como:

- 1-Requerimento de renovação
- 2-Declaração de conformidade
- 3- Requerimento de renovação assinado por todos os dirigentes
- 4-Declaração de conformidade
- 5-Ata de eleição da diretoria
- 6-CNPJ
- 7-Certidão Negativa da ANATEL
- 8-Relatório Conselho Comunitário
- 9-FGTS
- 10-Certidão negativa Receita Federal que comprove Regularidade perante a Fazenda Federal
- 11-Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplentes da entidade perante a justiça do trabalho

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 08/04/19 às 08:30 horas
Assinatura: *Ailton Silva*

a vida sem drogas é um grande projeto.

Sendo assim, pedimos a compreensão de V.Sa., reiterando que todas as ações da diretoria desta entidade em consonância com o Conselho Comunitário, são

pautadas pela postura ética e responsabilidade, e que jamais nos colocaríamos a disposição da ilegalidade, em qualquer de suas modalidades.

Atenciosamente,

GIOVANNI ALEXANDRE SILVA
PRESIDENTE DA OSC ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO
USO INDEVIDO DE DROGAS – PROJETO DE VIDA

PS.: Segue anexa documentação solicitada

ILMA.SENHORA

VILMA DE FATIMA ALVARENGA FANIS
COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DECLARAÇÃO

Declaro que, de acordo com o Relatório de Conformidade resultante, as avaliações Feitas no sistema de radiocomunicações da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas –PROJETO DE VIDA, do serviço de , atende ao **Regulamento sobre limitação da exposição a Campos Elétricos, magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 khz**, aprovado pela resolução Anatel nº 303, de 02/07/2002, publicada no DOU de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

Declaro, ainda, que o relatório de conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o citado Regulamento.

Contagem, 04 de abril de 2019.



Giovanni Alexandre Silva
Presidente da OSC Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas-
Projeto de Vida

a vida sem drogas é um grande projeto.

- DENSIDADE DE POTÊNCIA PARA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:

$$S = \frac{ERP \times 1,64 \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

para 26,0 metros (distancia onde poderá haver circulação de pessoas)

$$S = \frac{16,84 \times 1,64 \times 2,56}{12,56 \times 676,00}$$

$$S = 0,008 \text{ W/m}^2$$

O limite para exposição ocupacional á CEMRF na faixa de radiofrequência de 10 MHz a 400 MHz (tabela I) é 10 W/ m², logo atende á Resolução n° 303, de 02/07/2002.

- DENSIDADE DE POTÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL:

$$S = \frac{ERP \times 1,64 \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

para 25,0 metros (distancia onde poderá haver circulação de pessoas)

$$S = \frac{16,84 \times 1,64 \times 2,56}{12,56 \times 625,00}$$

$$S = 0,009 \text{ W/m}^2$$

O limite para exposição da população em geral á CEMRF na faixa de radiofrequência de 10 MHz a 400 MHz (tabela II) é 2 W/ m², logo atende á Resolução n° 303, de 02/07/2002

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas / Projeto de Vida				
Nome Fantasia:	Projeto de Vida	CNPJ:	03.015.043/0001-39		
Endereço de Sede:	Rua Rio Branco, 233D, b. Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.223.540
Nome do representante legal:	Giovanni alexandre da Silva				
Endereço eletrônico (e-mail):	diretoriaprojetodevida@gmail.com;				

Endereço de Correspondência:	Rua Rio Branco, 233D, b. Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.223.540

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Rio Branco, 233,D b. Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.223.540
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 19	° (N/S)	575200	"	
	Longitude: 44	° W	022400	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

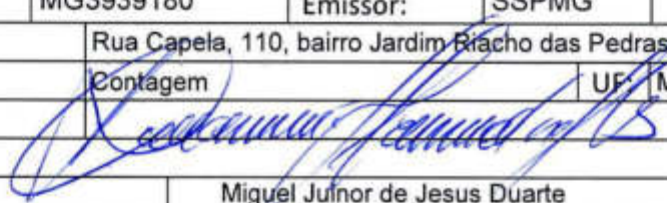
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

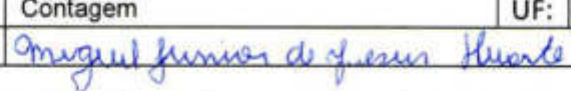
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

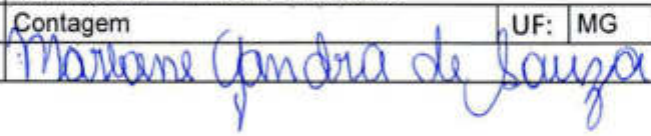
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Giovanni Alexadre da Silva				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	093665640248
RG:	MG3939180	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	735.640.016-20
Endereço:	Rua Capela, 110, bairro Jardim Riacho das Pedras				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.241-290
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Miguel Junior de Jesus Duarte				
Cargo:	vice-presidente			Tit. Eleitor:	139225820205
RG:	MG10.870.356	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	04372675631
Endereço:	Rua Lafaiete, 75, bairro Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.223-100
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Mariane Gandra de Souza				
Cargo:	Secretária			Tit. Eleitor:	162976730299
RG:	MG1004032	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	08193871693
Endereço:	Rua Japura, 444, bairro Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32223490
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Victor Hugo Ciriaco Costa				
Cargo:	Tesoureiro			Tit. Eleitor:	130125560248
RG:	MG628354654	Órgão	SSPMG	CPF:	01265654654

		Emissor:	SSPMG		
Endereço:	Rua Antares, 185., bairro Amazoas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32241200
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS – PROJETO DE VIDA

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – **PROJETO DE VIDA**. Fundada em 19 de fevereiro de 1999, CNPJ nº 03.015.043.0001-39 é uma associação para fins não econômicos, de caráter filantrópico e beneficente, cujo nome fantasia é “**PROJETO DE VIDA**”. A associação terá duração por tempo indeterminado, e, sua sede situa-se no Município de Contagem – Minas Gerais, a Rua Rio Branco 233D, CEP: 32.223-540, Bairro Amazonas e foro em Contagem.

Art. 2º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, terá seu regimento interno próprio que aprovado pela assembleia geral, disciplinará seu funcionamento.

Art. 4º A fim de cumprir suas finalidades, a associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, podendo ainda apoiar, colaborar e cooperar com outras entidades públicas ou privadas, as quais se regerão por meio do regimento interno do “**PROJETO DE VIDA**”, bem como por termo próprio.

Art. 5º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, tem por finalidade:

- I- criar, elaborar, desenvolver, executar e promover ações de prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção social do dependente químico;
- II- elaborar, criar, desenvolver, executar o atendimento de assistência social relativos ao cidadão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
- III- elaborar, criar, desenvolver, executar ações que visem à promoção humana a fomentação da cidadania e da mobilização social;



- IV- promover ações objetivando o amparo e promoção à família, a maternidade, a infância, à adolescência e a velhice;
- V- desenvolver, promover e executar ações relativas ao atendimento, na modalidade de abrigamento temporário, transitório ou de longa permanência;
- VI- executar serviço de rádio difusão comunitária;
- VII- promover, criar e executar ações, programas e projetos objetivando a fomentação da educação, saúde, assistência social, segurança pública e defesa social, arte, da cultura e do esporte, lazer, turismo através das políticas públicas;
- VIII- promover, criar e executar ações sociais, programas e projetos objetivando a fomentação das políticas públicas e defesa dos direitos humanos, da criança e adolescente, da mulher, do idoso, do consumidor e dos animais;
- IX- promover, criar e executar ações que promovam a sustentabilidade financeira da associação em prol do investimento em projetos.

§1º A associação terá seu funcionamento e suas atividades subsidiadas através de contribuições associativas, doações, parcerias, atividades voluntárias, apoio cultural, ações beneficentes e celebração de termos públicos e privados, bem como patrocínios de empresas e venda de serviços ou produtos.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Art. 6º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “PROJETO DE VIDA” é constituída por número ilimitado de sócios, que poderão se inscrever como sócios, pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, sem distinção de sexo, cor, raça, nacionalidade, religião. Além de pessoas jurídicas, que contribuirão de alguma forma para manutenção da entidade sob o aspecto legal civil, distribuídos nas categorias de fundador, benfeitor, honorário, contribuinte e outros, assim definidos:

- I- sócios fundadores são aqueles que participaram da assembleia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
- II- sócios contribuintes são os que contribuem com uma importância mensal no valor e modalidade estabelecida pela diretoria, conforme regimento interno.
- III- sócios benfeitores são os que contribuem com a entidade espontaneamente e periodicamente, sem que a mesma estipule a forma ou a quantia.
- IV- sócios beneméritos são os que prestam à entidade relevantes serviços das ações desenvolvidas pela Associação, sendo os mesmos indicados pelo Presidente.



Art. 7º São direitos dos sócios quites com sua obrigação sociais:

- I- votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II- Participar da Assembléia geral;

Parágrafo único. Os sócios Beneméritos e Benfeitores não terão direito de voto e nem poderão ser votados.

Art. 8º São deveres dos sócios:

- I- cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II- acatar as determinações da diretoria;
- III- estar em dia com as contribuições associativas.

Parágrafo único. Havendo justa causa, o sócio poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria, após o exercício de direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

Art. 9º Os sócios, dirigentes e conselheiros não respondem solidariamente, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da associação.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 10º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso indevido de Drogas "Projeto de Vida" - será administrada por:

- I- Assembleia geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Fiscal.

Art. 11º A assembleia geral, órgão soberano da entidade, será constituída de sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12º Compete à Assembleia Geral:

- I- eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II- destituir os administradores;
- III- apreciar recursos contra as decisões da diretoria;



- IV- decidir sobre reformas do estatuto;
- V- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir e hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI- conceder o título de associado benemérito e benfeitores por proposta da diretoria;
- VII- decidir sobre a extinção da entidade.
- VIII- aprovar as contas;
- IX- aprovar o regimento interno;

Art. 13º A assembleia geral realizar-se-á, ordinariamente uma vez por ano para:

- I- apreciar o relatório anual da diretoria;
- II- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal.

Art. 14º A assembleia geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- pelo Presidente da Diretoria;
- II- pela Diretoria.

Art. 15º A convocação da assembleia geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por circulares ou por outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

§1º A assembleia geral se reunirá em 1ª (*primeira*) convocação, com a maioria simples dos sócios, e, em 2ª (*segunda*) convocação com qualquer número, não exigindo quorum especial.

§2º Para as deliberações que se referem aos incisos II e IV do artigo 12º é exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Art. 16º A diretoria será constituída por:

- I- Presidente;
- II- Vice-presidente;
- III- Secretário;



IV- Tesoureiro.

Art. 17º São condições de elegibilidade para os cargos referidos no caput deste artigo:

- I-** ter idoneidade moral;
- II-** ser sócio e estar em dia com as obrigações sociais.
- III-** ter comprovadamente seis anos ininterruptos de atuação nas atividades promovidas pela entidade;

Art. 18º As eleições dar-se-ão a cada seis anos, permitida a reeleição, consideram-se eleitos, a qualquer dos cargos elencados no caput desse artigo, desde que obtenham a maioria absoluta dos sócios votantes.

Parágrafo único. O mandato da diretoria será de 6 (*seis*) anos, sendo permitida a recondução.

Art. 19º Compete à diretoria:

- I-** elaborar e executar programa anual de atividades;
- II-** elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III-** celebrar com instituições públicas e privadas termos de colaboração e fomento em atividades de interesse comum;
- IV-** contratar e demitir funcionários;
- V-** recrutar atividade voluntária, de acordo com a legislação vigente.

§1º O **PROJETO DE VIDA** poderá remunerar os seus dirigentes que efetivamente atuem na gestão executiva da associação, quanto aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

§2º A Diretoria exerce o seu mandato até a posse da nova Diretoria mesmo que vencido o seu prazo, não podendo ultrapassar 90 (*noventa*) dias.

Art. 20º A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 21º Compete ao presidente:

- I-** receber doações e subvenções;
- II-** cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- III-** presidir a assembleia geral;



- IV- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V- movimentar conta bancárias, juntamente com o tesoureiro ou individualmente;
- VI- Celebrar termos de colaboração e fomento com instituições públicas e privadas;
- VII- representar a associação comunitária de Prevenção ao uso Indevido de Drogas – “PROJETO DE VIDA”, judicialmente e extrajudicialmente.

Art. 22º Compete ao Vice-Presidente:

- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, colaboração ao presidente;

Art. 23º Compete ao secretário:

- I- secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia geral;
- II- publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Art. 24º Compete ao tesoureiro:

- I- apresentar semestralmente o balancete;
- II- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- III- movimentar contas bancárias, com anuência do Presidente;
- IV- arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- V- pagar as contas autorizadas, expressamente, pelo presidente ou seu substituto eventual;
- VI- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VII- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;
- VIII- conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria.

Art. 25º O conselho fiscal será constituído por três membros, todos eleitos pela assembleia geral, o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.



Art. 26º Compete ao conselho fiscal:

- I- opinar sobre aquisição e alienação de bens;
- II- examinar os livros de escritura da entidade;
- III- examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, emitindo parecer a respeito;
- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- requisitar, a qualquer membro e a qualquer momento a exibição de documentos relativos à associação.

Parágrafo único. O conselho reunir-se-á sempre que for necessário, após prévia convocação.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 27º O patrimônio da associação comunitária de Prevenção ao uso Indevido de Drogas – “Projeto de Vida” será constituído de contribuições espontâneas, patrocínios ou recursos eventualmente fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, devendo ter registro contábil.

Art. 28º Constituem receitas do PROJETO DE VIDA:

- I- valores recebidos de terceiros em pagamento de prestação de serviços;
- II- termos de Parceria, subvenções, dotações, contribuições e outras rendas estipuladas em favor da associação pela Administração pública direta e indireta;
- III- contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- V- rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- VI- Usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;
- VII- Juros bancários e outras receitas de capital;
- VIII- Outras rendas eventuais.

Parágrafo único. As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no Território Nacional.



Art. 29º As atividades dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 30º A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPÍTULO VI **DA ATIVIDADE DE RADIODIFUSÃO**

Art. 31º A atividade de difusão comunitária, de caráter cultural, tem por finalidade:

- I- contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- II- dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- III- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV- coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- V- promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- VI- promover continuamente o debate objetivando ao avanço dos projetos comunitários.

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32º Os bens móveis ou imóveis que a entidade possua ou venha a possuir, só poderão ser gravados com hipoteca, ou alienados por decisão da assembleia geral.

Art. 33º O exercício financeiro será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao inventário de todos os bens e ao levantamento da receita obtida e da despesa realizada, com escrituração Contábil, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, obedecendo às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), com divulgação de breve relatório e justificativa das atividades.

Art. 34º O presente estatuto social poderá ser reformado a qualquer tempo, a critério da assembleia geral.




Art. 35° Se, por qualquer motivo, a associação se dissolver, o seu patrimônio e as obrigações por ela assumidas serão destinadas à outra associação congênere, devidamente registrada no CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da legislação vigente, cujo objetivo social seja preferencialmente o mesmo da associação extinta, a juízo da assembleia geral que determinar o encerramento das atividades.

Art. 36° Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Art. 37° O presente Estatuto entra em vigor na presente data.

Art. 38° Revogam-se as disposições em contrário.

Contagem, 31 de janeiro de 2019.


Giovanni Alexandre Silva
Presidente


Paulo de Tarso Mariano
OAB/MG 116.606

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - CONTAGEM - MG**
Oficial: Américo Barroso Massola Av. João César de Oliveira, 1306 - LJ. 03 - Eldorado
Contagem - MG - CEP 32.310-000 - Fone: (31) 3391-6161

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número 9586 e
AVERBADO no Livro A sob o número 6471.
Contagem, 12 de Fevereiro de 2019.

O Oficial
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Contagem/MG
Selo Eletrônico Nº C0094538
Cód. Seg.: 2782.2101.5243.7533
Quantidade de atos Praticado(s): 011.
Emol.: R\$168,65, Recome: R\$10,13,
TFd: R\$59,49, Total: R\$246,70
Consulte a validade deste selo no site:
<https://selos.tjmg.jus.br>



**CARTÃO MASSOLA
SERVIÇOS DE RTO E PJ**
Av. João César de Oliveira,
1306/03 - B - Eldorado
CEP 32310-000 - Tel. 3391-6161
CONTAGEM - MG

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E INTEGRANTES DO CONSELHO FISCAL E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA

Aos trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta minutos, na sede da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida, localizada na Rua Rio Branco, 233D, no bairro Amazonas, nesta cidade de Contagem - Minas Gerais, CEP: 32.223-540, por convocação do Presidente, reuniu-se em primeira convocação às dezenove horas e trinta minutos e em segunda convocação às vinte horas, com a presença de seus associados que assinaram a lista de presença, com a finalidade de eleger e dar posse à nova diretoria e dos integrantes do conselho fiscal e aprovar o novo estatuto da entidade, conforme edital e ordem do dia:

1. Eleição e Posse da Diretoria e dos integrantes do Conselho Fiscal;
2. Alteração e aprovação da nova redação do Estatuto Social, em conformidade com a legislação vigente.

Presidindo a Assembleia o Sr. Giovanni Alexandre da Silva, deu início saudando os presentes, e apresentado os assuntos da pauta: 1) Eleição e Posse da Diretoria e dos integrantes do Conselho Fiscal; 2) Alteração e aprovação da nova redação do Estatuto Social, em conformidade com a legislação vigente. O presidente passou a condução dos trabalhos à Sra. Mariane Gandra de Souza, que deu prosseguimento aos encaminhamentos. Para iniciar o processo de eleição, a Sra. Mariane Gandra de Souza convocou todos os participantes da Assembleia Geral, com a apresentação dos nomes, sendo por unanimidade eleitos e empossados pelos presentes: os Srs. (as): **PRESIDENTE: Giovanni Alexandre da Silva**, brasileiro, casado, filho de Antônio Alexandre da Silva e Maria Fausta da Silva, fotógrafo, nascido em 31/07/1970, portador do RG MG 3939180, expedida pela SSP-MG e CPF:735.640.016-20, residente na Rua Capela, 110, Bairro Jardim Riacho, CEP: 32.241-290, Contagem - Minas Gerais, e-mail: diretoria@projetodevida.org.br; **VICE PRESIDENTE: Miguel Junior de Jesus Duarte**, brasileiro, casado, filho de Miguel Ferreira Duarte e Nilza de Jesus Duarte, comerciante, nascido em 04/10/1981, portador do RG MG 10.810.356 expedida pela SSP-MG CPF: 043.726.756, residente na Rua Lafaiete, 75, Bairro Amazonas, CEP: 32.223-100, Contagem-Minas Gerais, e-mail: migueljunior.duarte@hotmail.com; **SECRETÁRIA: Mariane Gandra de Souza**, brasileira, solteira, filha de João Amaral de Souza e Maurilia Magna Gandra de Souza, enfermeira, nascido em 24/02/1988, portador do RG MG 100040332, expedida pela SSP-MG, CPF: 081.938.716-93, residente na Rua Japurá, 444, Bairro Amazonas, CEP: 32.223-490, Contagem - Minas Gerais, e-mail: enfermeiragandra@gmail.com; **TESOUREIRO: Victor Hugo Ciriaco Costa**, brasileiro, casado, filho de Helio Pereira Costa e Maria de Lourdes Ciriaco Costa, industrial, nascido em 11/04/1981, portador do RG MG 6.283.174, expedida pela SSP-MG, CPF: 012656546-54, residente na Rua Antares, 185, bloco A/301, Bairro Jardim Riacho das Pedras, CEP: 32.241-200, Contagem - Minas Gerais, e-mail: vhciriaco@yahoo.com.br. Para o **CONSELHO FISCAL FORAM ELEITOS: Maurilia**

Magna Gandra de Souza, brasileiro, casado, filho de Jose Maria Gandra e Maria Adelina Gandra, gestora, nascido em 30/12/1962, portador do RG MG 2488705, expedida pela SSP-MG, CPF:543.875.263-20, residente na Rua Rio Madeira, 214, Bairro Amazonas, CEP:32.223-530, Contagem - Minas Gerais, e-mail: maurilia.gandra01@gmail.com; **Italo David Nunes dos Santos**, brasileiro, solteiro, filho de Antonio Cezar dos Santos e Aparecida Nunes dos Santos, músico, nascido em 15/07/1996, portador do RG MG 19.509.043, expedida pela SSP-MG, CPF: 136.387.496-90, residente na Rua Agripino de Lima, 69, Bairro Inconfidentes, CEP: 32.223-270, Contagem - Minas Gerais, e-mail: italodavid373@gmail.com; e **Adelino da Guarda Costa Neto**, brasileiro, casado, filho de Edgar Oliveira Costa e Maria de Lourdes da Guarda Costa, músico, nascido em 31/07/1969, portador do RG MG 13568161, expedida pela SSP-MG, CPF:463.746.715-20, residente na Rua Maria Candida, 145, ap 102, Bairro Santa Maria, CEP: 32.240-200, Contagem - Minas Gerais, e-mail: netoteclascosta@hotmail.com com o mandato de 6 (seis) anos, que tomam posse neste ato, iniciando-se este mandato em 31/01/2019 à 31/01/2025. O Presidente leu o estatuto com as propostas de alterações, ressaltando a importância da adequação do Estatuto Social com as leis vigentes, sendo aprovado pelos presentes:

Encerrou-se a presente reunião. Eu, Mariane Gandra de Souza, secretária, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Contagem, 31 de Janeiro de 2019.

Presidente:

Vice presidente:

Secretaria:

Tesoureiro:

Conselho Fiscal

1. Maurilia Magna Gandra de Souza

2. Adelino da G. C. Neto

3. Italo David Nunes dos Santos



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - CONTAGEM - MG
Oficial
Américo Ribeiro Massoré
Contagem - MG / CEP 32.310-000 - Fone: (51) 3391-5161

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número 9587

AVERBADO no Livro A sob o número 6471.

Contagem, 12 de Fevereiro de 2019.

O Oficial

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Contagem/MG

Selo Eletrônico No. C0D94553

Cód. Seg. 5738.8063.5981.6790

Quantidade de atos Praticados: 004.

Emol.: R\$126,79, Recomp.: R\$7,61,

TFJ: R\$45,56, Total: R\$186,30

Consulte a validade deste selo no site:
<https://selos.tjmg.jus.br>



**ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO
USO INDEVIDO DE DROGAS – PROJETO DE VIDA.**

Ao primeiro dia do mês de março do ano de 2017, aconteceu na Sede da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA, às 16 horas em primeira chamada sem quórum, e em segunda chamada às 16 horas e 30 minutos, com quórum dos presentes, a Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS – PROJETO DE VIDA, tendo em vista na pauta a seguinte ordem do dia a eleição e POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO PROJETO DE VIDA – entidade mantedora da Rádio Comunitária Vida FM – 87,9 para o triênio 2017/2020, para dar início o presidente em exercício Giovanni Alexandre Silva deu boas vindas aos presentes e explanou a importância deste conselho que terá como finalidade acompanhar e avaliar a programação da Rádio Comunitária Vida FM – 87,9. Neste momento os presentes ressaltaram a importância da Rádio para a comunidade e da sua eficiência. Onde foram explanados os seguintes nomes das pessoas físicas e suas devidas entidades representadas: **Nelza Maria de Souza Silva, M2 484391, residente a Rua Rio Tigre, 149, Bairro Riacho nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Lagoa Azul; Maria Vicentina Santos, MG 89263, CPF 133817096-15, residente à Rua Messias Luiz de Freitas, 324, C4, Bairro Inconfidentes nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Maria de Lourdes Gonçalves; Maria Bernadete Faria Santos, M4 307665, CPF 651042506-87, residente a Rua Camilo Shiara, 392/310b, Bairro Flamengo nesta cidade, presidente da Associação dona Marilena Pinto de Mattos – CEI Dona Belinha; Jackson Luiz De Freitas, RG M3 464187, CPF 666109826-00, residente à Rua Tiradentes, 1672, Bairro Industrial nesta cidade, Pastor da comunidade Graça e Paz; Osvaldo Gomes de Abreu, RG MG 7220784, CPF 796.254.016-87, residente à Rua Manoel Zacarias, 124, b. Inconfidentes, Pastor da Associação da Igreja Metodista, 4ª Região Eclesiástica, nesta cidade, sendo assim, se formou o conselho comunitário. Dado a este conhecimento às 18 horas e 30 minutos, o Presidente deu posse ao novo conselho e reiterou os agradecimentos de todos os presentes e deu por encerrada a referida Assembleia Geral Extraordinária a qual eu Maurília Magna Gandra de Souza, secretária do projeto de Vida lavei e a mesma segue assinada por mim.**

Contagem, 01 de março de 2017.

Nelza Maria de Souza Silva Maria Vicentina Santos

Nelza Maria de Souza Silva
Centro Educacional Infantil Lagoa Azul

Maria Vicentina Santos
Centro Educacional Infantil Maria de
Lourdes Gonçalves

Maria Bernadete Faria Santos

Maria Bernadete Faria
Centro CEI Dona Belinha

Jackson Luiz De Freitas

Jackson Luiz De Freitas
Pastor da comunidade Graça e Paz

Osvaldo Gomes de Abreu Júnior

Osvaldo Gomes de Abreu Júnior
Associação da Igreja Metodista

Maurília Magna Gandra de Souza

Maurília Magna Gandra de Souza
Secretária do projeto de Vida

Giovanni Alexandre Silva

Giovanni Alexandre Silva
Presidente

a vida sem drogas é um grande projeto.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-10.810.356 DATA DE EMISSÃO 03/07/1998

NOME MIGUEL JUNIOR DE JESUS DUARTE

FILIAÇÃO MIGUEL FERREIRA DUARTE
NILZA DE JESUS DUARTE

NATURALIDADE CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO 4/10/1981

DOC ORIGEM NASC. LV-99 FL-275V
CONTAGEM-MG

BELO HORIZONTE, 04 MARÇO 2000
PIR-1227 ASS. MARCIO BARROSO DOMINGUES 1.VIA

LEI Nº 116 DE 26/04/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POSTO 4 7024673

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular Miguel Junior de Jesus Duarte

O
R
E
S

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 26/11/97

Assinatura:
MIGUEL JUNIOR DE JESUS DUARTE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
MIGUEL JUNIOR DE JESUS DUARTE

Nº de inscrição **043726758-31** **Data de Nascimento** **04/10/61**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO




Mariane Gandra de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-10.040.332 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/01/2019

NOME
MARIANE GANDRA DE SOUZA

FILIAÇÃO
JOAO AMARAL DE SOUZA
MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA

NATURALIDADE CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO 24/2/1988

NASC. LV-132A FL-154V

RCC ORIGEM CONTAGEM-MG

CPF 081.938.716-93

PIR-3007 JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ ASSINATURA DO DIRETOR 3.VIA

LEI Nº 7116 DE 29/08/83



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-6.283.174 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/02/1999

NOME
VICTOR HUGO CIRIACO COSTA

FILIAÇÃO
HELIO PEREIRA COSTA
MARIA DE LOURDES CIRIACO COSTA

NATURALIDADE BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 11/4/1981

DOC. ORIGEM NASC. LV-357 FL-247
BELO HORIZONTE-MG

CFF 012656546-54

BELO HORIZONTE, MG DEL. MÁRCIO CARLOS DOMINGUES 3.VIA

PIC-1229 ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura do Titular: Victor Hugo Ciriaco Costa

ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLÍCIA PRETITO



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

Victor Hugo Ciriaco Costa
VICTOR HUGO CIRIACO COSTA

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 12/11/97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

VICTOR HUGO CIRIACO COSTA

Nº de Inscrição

012656546-54

Data de Nascimento

11/04/81



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.015.043/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/03/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R RIO BRANCO C/ JAPURA		NÚMERO 233 D	COMPLEMENTO
CEP 32.223-540	BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS	MUNICÍPIO CONTAGEM	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (031) 3617-526	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/03/2019** às **09:54:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

BOM DIA
GIOVANNI ALEXANDRE DA SILVASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS
PELA ANATEL****Nome: ASSOC. COMUNIT. DE PREV. AO USO INDEVIDO DE DROGAS-PROJ.VIDA****CNPJ: 03.015.043/0001-39**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:05:42 do dia 04/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 03015043/0001-39
Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA
Endereço: RUA RIO BRANCO 233 D / AMAZONAS / CONTAGEM / MG / 32223-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/03/2019 a 18/04/2019

Certificação Número: 2019032001343662705734

Informação obtida em 29/03/2019, às 11:12:47.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS -
PROJETO DE VIDA**
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:59:33 do dia 07/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/05/2019.

Código de controle da certidão: **FAC3.D1BF.E25D.93F7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certidão nº: 165564975/2019

Expedição: 03/01/2019, às 12:58:09

Validade: 01/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.015.043/0001-39, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

RELATÓRIO DA RÁDIO VIDA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA

Unidade Executora/Razão Social Ass. Com. Prev. Uso Ind. Drogas Projeto de Vida				C.N.P.J. 03.015.043/0001-39	
Endereço Rua Rio Branco, 233D. B. Amazonas			(DDD) Telefone/Fax 31-3361-7526		
Cidade Contagem	UF MG	CEP 32.22340	E-mail Institucional atendimento@projeto de vida.org.br		
Nome do responsável pela Unidade Giovanni Alexandre Silva					
C.P.F. 735.640.016-20			Data de Nascimento 31/07/1970		
R.G. /Órgão expedidor. MG3/939-180		Cargo presidente	E-mail do responsável atendimento@projeto de vida.org.br		
Endereço completo Rua Capela, 110, B. Jardim Riacho /Contagem			CEP 32.241.200	(DDD) Tel/Cel do Responsável: 993248990	

A Rádio vida FM, 97,9 é uma emissora do Projeto de vida e tem uma programação voltada para a comunidade conforme artigo 3º, que reza as finalidades do serviço de Rádiofusão Comunitária. Segue a programação

DA GRADE DE PROGRAMAÇÃO ATUAL

PROGRAMAÇÃO DIÁRIA		
PROGRAMAÇÃO MADRUGADA DE SEGUNDA A SEGUNDA		
SERTÃO DAS GERAIS		
Nº	DIAS /HORARIOS	PROGRAMAÇÃO
1	DE 07 AS 08 HS	DE BEM COM A VIDA (programa evangélico que aborda assuntos referentes a espiritualidade com hinos de louvor.)
2	DE 08 AS 10	SHOW DA ALEGRIA BL I (programa informativo geral com temas atuais e musical de sucessos.)
3	DE 10 AS 11	EXPERIENCIA COM DEUS- Programa católico com Pe. Reginaldo Manzotti. Re transmissão ao vivo de Curitiba.
4	DE 11 AS 11:30	A hora é sua:. Momento em que a comunidade participa falando de temas livres desde que seja de utilidade pública e prestação de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

		serviços, como também, para expor talentos musicais, ou dicas de saúde, culinária, beleza. A participação é pré agendada.
5	DE 11:30 AS 13	SHOW DA ALEGRIA BL II(programa informativo geral com temas atuais e musical de sucessos.)
6	DE 13 AS 14	CONEXÃO JOVEM- oficina de rádio e locução com adolescentes, que participam doe programa de convivência e fortalecimento de vínculos.
7	DE 14 AS 16	O MELHOR DA TARDE (Programação musical variados)
8	DE 16 AS 18	DISCOTECA SERTANEJA (valorização da cultura e da música sertaneja raiz, além de dicas de saúde e informação sobre os direitos dos idosos)
9	DE 18 AS 22	TOP BRASIL (programa Pop Rock nacional e internacional)
10	DE 22 AS 23:59	GOOD NIGHT- ((internacionais anos 60, 70 e 80)
PROGRAMAÇÃO SÁBADO		
MADRUGADA DE SEGUNDA A SEGUNDA		
SERTÃO DAS GERAIS		
DIAS/HORARIOS	PROGRAMAÇÃO	
1	DE 07 AS 13	LANÇAMENTOS
2	DE 13 AS 16	SUCESSOS VARIADOS
3	DE 16 AS 19	SAMBA, PAGODE E RESENHA
4	DE 19 AS 22	MUSICAL: SERTANEJO VARIADOS
5	DE 22 AS 23:59	GOOD NITH- (internacionais anos 60, 70,80)
6	DE 00:01 AS 02:00	MUSICAL: SERTANEJO SEM INTERVALO(musicas de raiz)
MADRUGADA DE SEGUNDA A SEGUNDA		
SERTÃO DAS GERAIS		
PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO		
Nº	DIAS /HORARIOS	PROGRAMAÇÃO – PILOTO AUTOMÁTICO
1	DE 07 AS 09 HS	LANÇAMENTOS(musical com sucessos atuais)
2	DE 09 AS 10	MUSICAL: SUCESSOS VARIADOS
3	DE 10 AS 12	NAS ONDAS DO CALHAMBEQUE- musical da Jovem Guarda
4	DE 12 AS 14	LANÇAMENTOS INTERNACIONAIS
5	DE 14 AS 15	SERTANEJO UNIVERSITÁRIO
6	DE 15 AS 16	M.P.B - TOP VARIADOS
7	DE 16 AS 17	VARIEDADES SERTANEJA
8	DE 17 AS 18	LANÇAMENTOS MIX
9	DE 18 AS 20	SALA DE REBÔCO
10	DE 20 AS 22	POP INTERNACIONAL
11	DE 22 AS 23:59	M. P. B
12	DE 00:01 A 02:00	MUSICAL SEM INTERVALO
Faz parte da programação diária flashes com notícias de utilidade pública, em conformidade com artigo 3º das finalidades do serviços de Rádio fusão comunitária		

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário da Radio vida é composta pelos conselheiros abaixo descrito:

- 1- Nelza Maria de Souza Silva, M2484391, residente a Rua Rio Tigre, 149, Bairro Riacho nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Lagoa Azul;
- 2- Maria Vicentina Santos, MG 89263, CPF 133817096-15, residente a Rua Messias Luiz de Freitas, 324, C4, Bairro Inconfidentes nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Maria de Lourdes Gonçalves;
- 3- Maria Bernadete Faria Santos, M4307665, CPF 651042506-87, residente a Rua Camilo Shiara, 392/310b, Bairro Flamengo nesta cidade, presidente da Associação Donna Marilena pinto de Mattos – CEI Dona Belinha;
- 4- Jackson Luiz de Freitas, RG M3464187, CPF 666109826-00, residente a Rua Tiradentes, 1672, Bairro Industrial nesta cidade, Pastor da comunidade Graça e Paz;
- 5- Osvaldo Gomes de Abreu, RG MG 7220784, CPF 796.254.016-87, residente a Rua Manoel Zacarias, 124, b. Inconfidentes, Pastor da Associação da Igreja Metodista, 4ª Região Eclesiástica, nesta cidade.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO.

O Conselho Comunitário fiscaliza, acompanha e opina na grade da programação da Rádio Vida de acordo com o Artigo 3º das finalidades da Radio fusão, principalmente no que tange aos benefícios da comunidade. O Conselho Fiscal tem uma importância imensurável para as ações que a radio desenvolve juntamente com a entidade e as entidades que cada membro do conselho representa.

A Rádio Comunitária Vida FM, tem em sua programação atual, programas de entretenimento, sertanejo, mensagens de reflexão, músicas dos anos 60, 70 e 80, o melhor da música gospel, entrevista com diversos temas, onde participam advogados, veterinários, profissionais da estética e área de saúde, para orientar e sanar as dúvidas da comunidade, realização de Blitz com campanhas, educativas, sociais e informativas, dentre outros.

O conselho comunitário aprova a programação e continua em comunhão com a diretoria da Entidade na missão de estar sempre com o intuito de aperfeiçoar a programação e as ações itinerantes da Radio Vida FM.

O compromisso social permeia a programação da Radio Vida, e é com essa finalidade que caminha a direção da rádio, a 20 anos!!!

Contagem, abril de 2019.

"Radio vida FM, a emissora que dá voz e vez a comunidade! "



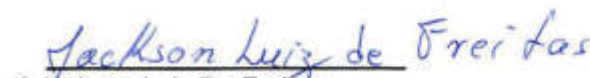
Nelza Maria de Souza Silva
Centro Educacional Infantil Lagoa Azul



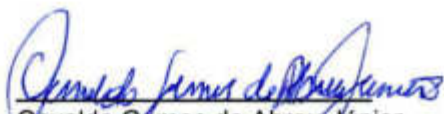
Maria Vicentina Santos
Centro Educacional Infantil Maria de
Lourdes Gonçalves



Maria Bernadete Faria
Centro CEI Dona Belinha



Jackson Luiz De Freitas
Pastor da comunidade Graça e Paz



Osvaldo Gomes de Abreu Júnior
Associação da Igreja Metodista



Maurília Magna Gandra de Souza
Secretária do projeto de Vida



Giovanni Alexandre Silva
Presidente

9

PROJETO

DE VIDA
PREVENÇÃO AO USO
INDEVIDO DE DROGAS



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281



a vida sem drogas é um grande projeto.

Rua Rio Branco 233D - Bairro Amazonas - Contagem - MG - Fone: 3361-7526 - CEP 32.223.540
www.projetoidevida.org.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. DE PREV. AO USO INDEVIDO DE DROGAS-
PROJ.VIDA
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:27:41 do dia 21/06/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/07/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.015.043/0001-39

Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA

Endereço: RUA RIO BRANCO / 233 / AMAZONAS CONTAGEM - MG

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/06/2019 a 03/07/2019

Certificação Número: 2019060401122974214484

Informação obtida em 21/06/2019 09:25:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS -
PROJETO DE VIDA**
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:44:36 do dia 27/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/11/2019.

Código de controle da certidão: **8987.36C7.DDFB.9051**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Debcads 36.873.847-7, 36.873.848-5, 37.041.656-2 e 37.041.655-4 quita dos em Parcelamento Especial, nos termos de Despacho exarado no processo 13603.721.667/2018-30.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (2345613).

1.1) Data de recebimento / Protocolo no SEI: 30/10/2017.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 5 a 7 (4039343).

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (2345613).

3) Estatuto Social: fls. 8 a 16 (4039343).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 5º, VI;

b) **Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica: o art. 6º, que trata sobre o assunto, não garante expressamente que o ingresso de associados será gratuito;**

c) **Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: embora o art. 7º, inciso II, garanta a participação dos associados nas assembleias gerais (aqueles que estejam quites com as obrigações sociais), não está expressamente garantido no estatuto o direito de voz e voto nas assembleias gerais.**

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7º, I;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 16;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 19 a 24;

g) **Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução (após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos): o art. 18 prevê mandato de 6 (seis) anos e não limita a apenas uma recondução dos membros da diretoria.**

h) **Conselho Comunitário e modo de funcionamento: o estatuto não contém a especificação do Conselho Comunitário.**

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 1º e 5º;

c) Sede: art. 1º;

d) **Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6º (admissão) e art. 8º, parágrafo único (exclusão) o estatuto não contém os requisitos de demissão (direito do associado de desligar-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar conveniente);**

e) Direitos dos associados: art. 7º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com procedimento que garanta o direito de defesa e de recurso: art. 8º, parágrafo único;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 5º, §1º e art. 27 e art. 28;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11 a 15;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: alteração estatutária: arts. 11, IV e art. 34 (art. 15, §2º - quórum) e art. 11, VII (extinção);

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 10 a 26;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 11, II e IV e art. 15, §2º;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 18 e art. 12, I;

n) **Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: pendente. O estatuto garante a convocação da assembleia geral apenas pelo Presidente e pela Diretoria (art. 14).**

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 35.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 17 e 18 (4039343). **Mandato:** 31/1/2019 a 31/1/2025.

Presidente: Giovanni Alexandre da Silva (3º mandato consecutivo na diretoria);

Vice-Presidente: Miguel Junior de Jesus Duarte (3º mandato consecutivo na diretoria);

Secretária: Mariane Gandra de Souza (3º mandato consecutivo na diretoria);

Tesoureiro: Victor Hugo Ciriaco Costa (3º mandato consecutivo na diretoria);

Obs.1: a ata de eleição de 4/2/2015, fls. 21 a 23 (2345613) indicou a recondução dos mesmos dirigentes, portanto nota-se que todos os 4 diretores se encontram no 3º mandato consecutivo na diretoria, o que é **vedado** pelo art. 40, inciso V, alínea “b” da Portaria 4334.

Obs.2: De acordo com o atual estatuto, o mandato seria de 6 (seis) anos, o que também está em desacordo com o art. 40, inciso V, alínea “b” da Portaria 4334.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes: fls. 20 a 26 (4039343). Embora conste do processo a documentação, a composição da diretoria está irregular, uma vez que todos os dirigentes estão no 3º mandato consecutivo na diretoria.

6) CNPJ: (3884823)

7) Certidão Negativa da Anatel: (4326911).

8) Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação da emissora: consta relatório de abril de 2019, fls. 32 a 35 (4039343). Da análise da programação apresentada, verificou-se que não é transmitido o programa “A Voz do Brasil”, programa de difusão obrigatória, em desacordo com o art. 40, inciso XII do Decreto nº 2615/1998.

Obs.: Conselho Comunitário eleito em 1/3/2017, fls. 19 (4039343). A composição do Conselho atende à Portaria 4334.

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (4326916).

10) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal: (4326948).

11) Certidão negativa de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (3884845).

*****PENDÊNCIAS:**

- Requerimento de Renovação contendo todos os dados e declarações constantes do modelo encaminhado (Anexo 5 da Portaria) e assinatura de todos os novos dirigentes (a diretoria eleita em 31/1/2019 deverá ser substituída por completo, para atender ao disposto no art. 40, V, “b” da Portaria 4334).

- No estatuto social

PORTARIA MCTIC

(I). O estatuto deve garantir expressamente que o **ingresso** de associados será **gratuito**.

(II). O estatuto deve garantir expressamente o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (assembleias gerais).

(III). O estatuto deve prever o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria limitado ao máximo de 4 anos e limitar também a apenas uma recondução (após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos).

(IV). O estatuto social deve especificar a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário.

CÓDIGO CIVIL

- (I). O estatuto social deve conter os requisitos para a demissão de associados (direito do associado de desligar-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar conveniente).
- (II). O estatuto deve garantir a convocação dos órgãos deliberativos (assembleias gerais) por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.

- Deve ser encaminhada ata de substituição de todos os atuais dirigentes, uma vez que os atuais membros se encontram no 3º mandato consecutivo, o que é vedado pelo art. 40, V, “b” da Portaria 4334. A ata deve ser registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas. O mandato não pode ser superior a 4 anos e deve seguir o que for definido na assembleia geral que alterar o estatuto para sua adequação aos dispositivos legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

- Comprovantes de maioria e nacionalidade de todos os novos dirigentes.

- CPF de todos os novos dirigentes.

- A entidade deve transmitir o programa “A Voz do Brasil”, em atendimento ao art. 40, XII do Decreto 2615/1998, regularizando, dessa forma, sua grade de programação.

Em seguida, deve ser encaminhado novo relatório elaborado pelo Conselho Comunitário, acompanhado da grade de programação regularizada, contendo a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.

***CONCLUSÃO:

- Processo ainda não instruído.
- Será elaborada 2ª Nota Técnica de exigência a fim de sanar as pendências observadas.
- Será aberto processo administrativo para apurar a não integração a rede para as transmissões obrigatórias do programa “A Voz do Brasil”.

DADOS DOS DIRIGENTES

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Giovanni Alexandre da Silva	31/07/1970	735.640.016-20	MG-3.939.180	Antônio Alexandre da Silva / Maria Fausta da Silva	093665640248	-	-
Vice-Presidente	Victor Hugo Ciriaco Costa	11/04/1981	012.656.546-54	MG-6.283.174	Helio Pereira Costa Maria de Lourdes Ciriaco Costa	130122560248	-	-
Secretária	Mariane Gandra de Souza	24/02/1988	081.938.716-93	MG-10.040.332	João Amaral de Souza Maurília Magna Gandra de Souza	162976730299	-	-
Tesoureiro	Miguel Junior de Jesus Duarte	04/10/1981	043.726.756-31	MG-10.810.356	Miguel Ferreira Duarte Nilza de Jesus Duarte	139225820205	-	*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 10794/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Contagem**, estado de **Minas Gerais**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 2960/2019/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	Uma vez que os membros da diretoria eleita em 31/1/2019, que assinaram o Requerimento encaminhado, devem ser completamente substituídos em atendimento ao art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria, após a eleição dos novos dirigentes, deverá ser encaminhado novo Requerimento de Renovação contendo todos os dados e declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e a assinatura de todos os novos dirigentes.

		<p>Observação: as coordenadas do sistema irradiante devem ser informadas com dois dígitos inteiros, conforme art. 22, §1º da Portaria (GGº MM' SS").</p>
Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a. O art. 6º do estatuto está em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria, uma vez que não está expressamente previsto que o ingresso dos associados será gratuito.</p> <p>b. Não estão expressamente previstos os direitos de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, inciso III da Portaria (o art. 7º, inciso II do estatuto</p>

Art. 130, §
1º, inciso
II c/c art.
40

Estatuto social
adequado à Portaria.

garante a participação dos associados nas assembleias, o que não possui o mesmo alcance da garantia do direito de voz e de voto).

c. O art. 18 do estatuto prevê 6 (seis) anos de mandato da diretoria e, além disso, não limita a apenas uma recondução de seus membros no órgão diretivo, em desacordo com o art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria. Para atender plenamente a esse dispositivo legal, o estatuto deve prever o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, e limitar também a apenas uma recondução de seus membros (após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos).

e. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, em desacordo com o art. 40, inciso V da Portaria.

Os arts. 113 a 116 da Portaria estabelecem as especificações e as atribuições legais relativas ao Conselho Comunitário.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.

Observação 1: a Entidade

			<p>poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>		<p>Estatuto social adequado ao Código Civil (Lei nº 10.406/2002).</p>	<p>a. O estatuto social não contém os requisitos para a demissão de associados (direito do associado de desligar-se do quadro de sócios voluntariamente, quando julgar conveniente), em desacordo com o art. 54, inciso II do Código Civil.</p> <p>b. O estatuto não garante a convocação dos órgãos deliberativos (assembleias gerais) por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados, o que não atende ao art. 60 do Código Civil.</p>
			<p>A Ata de eleição encaminhada, de 31/01/2019, não pode ser considerada válida, uma vez que elegeu membros que iniciariam o terceiro mandato consecutivo na diretoria, em desacordo com o art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria, que admite apenas uma recondução dos membros do órgão diretivo, após a qual será vedada a</p>

<p>Art. 130, § 1º, inciso III</p>	<p>Ata de eleição.</p>	<p>permanência dos mesmos na diretoria, ainda que em cargos diversos.</p> <p>Observou-se que a alteração estatutária ocorrida na mesma data da eleição da diretoria, estendeu o tempo de mandato de quatro para seis anos, o que também não atende ao art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria, o qual estabelece o tempo máximo de mandato de quatro anos.</p> <p>Assim, deve ser providenciada a destituição dos atuais dirigentes e a eleição de novos membros para composição da diretoria.</p> <p><u>Observação:</u> A nova ata de eleição deve ser encaminhada devidamente registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
<p>Art. 130, § 1º, inciso IV</p>	<p>Comprovante de maioria/nacionalidade.</p>	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <u>todos</u> os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p><u>Observação:</u> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><u>Não</u> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a</p>

		Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
		<p>Da análise da grade de programação encaminhada, observou-se que não ocorre a transmissão obrigatória do Programa "A Voz do Brasil", em desobediência ao art. 40, inciso XII do Decreto nº 2615/1998.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar a programação, de forma a integrar a redes para transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, encaminhando novo relatório do Conselho Comunitário, devidamente acompanhado da grade de programação regularizada, contendo a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os</p>
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	

			<p>representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	--	--	---

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4. Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio

de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

3.5. Salienta-se, ainda, o disposto no art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (com redação dada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC), que estabelece apenas uma recondução dos membros da diretoria, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 02/07/2019, às 16:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4353756** e o código CRC **C9F190A2**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 - Requerimento de Renovação (3885389);

Checklist Roteiro - RadCom de 01/07/2019 (4355123).

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 4353756



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 22579/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 02 de julho de 2019.

Ao(À) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida
(CNPJ nº 03.015.043/0001-39)
Rua Rio Branco, nº 233D Bairro Amazonas
32.223-540 Contagem / MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.058647/2017-06.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho a **NOTA TÉCNICA Nº 10794/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos

poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4360372** e o código CRC **9FF6811A**.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 4360372

Data de Envio:

09/07/2019 11:15:31

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

diretoriaprojetodevida@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.058647/2017-06

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4360372.html
Nota_Tecnica_4353756.html
Anexo_3885389_ANEXO_5_RENOVACAO_revisado.pdf
Checklist_4355123_CHECKLIST_contagem_JUL_2019_FINALIZADO.pdf

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas- Projeto de Vida			
Nome Fantasia:	Projeto de Vida	CNPJ:	03.015.043/0001-39	
Endereço de Sede:	Rua Rio Branco, 233D, bairro Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32.223-540
Nome do representante legal:	Soraya Jesus Duarte Silva			
Endereço eletrônico (e-mail):	sorayajduarte1@gmail.com			

Endereço de Correspondência:	Rua Rio Branco, 233D, bairro Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32.223-540

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	Rua Rio Branco, 233D, bairro Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32.223-540
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 19	° (N/S)	57 52 00	"
	Longitude: 44	° W	022400'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

04/09/19 às 14:00

Assinatura: Conceição

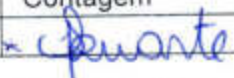
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

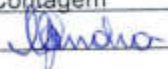
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

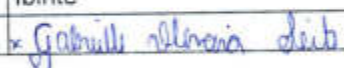
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Soraya Jesus Duarte Silva				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	093665630264
RG:	M5 384 651	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	809.260.296-49
Endereço:	Rua Capela, 110 . B. Jdm Riacho das Pedras				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32241290
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Maurilia Magna Gandra de souza				
Cargo:	vice presidente			Tit. Eleitor:	003913350205
RG:	MG2 488 705	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	543.875.236-20
Endereço:	Rua Rio Madeira, 214, bairro Amazonas				
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP:	32.223-530
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Gabrielle Oliveira Leite				
Cargo:	Secretária			Tit. Eleitor:	196753690248
RG:	MG17435619	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	14360919697
Endereço:	Rua alagoas, 335, Bairro Morada da Serra				
Município:	Ibirité	UF:	MG	CEP:	32405092
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Italo David Nunes dos Santos				
Cargo:	Tesoureiro			Tit. Eleitor:	210852540221
RG:	MG19509043	Órgão	SSP/MG	CPF:	13638749690

		Emissor:		
Endereço:	Rua Agripino de Lima, 69, B. Inconfidentes			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32223270
Assinatura:	<i>Italo David Nunes dos Santos</i>			

Nome do dirigente:		Jade Araujo Costa		
Cargo:	Conselho fiscal		Tit. Eleitor:	217906520248
RG:	MG13.340.553	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 14631887656
Endereço:	Rua Maria Cândida, 145, BL E /102 B. Santa Maria			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32240200
Assinatura:	<i>Jade Araujo Costa</i>			

Nome do dirigente:		Cleiton Oberto Correia Mariano		
Cargo:	Conselho Fiscal		Tit. Eleitor:	151040410299
RG:	MG14673857	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 07746735673
Endereço:	Rua Flôr de Pascoa, 59, B. Lindéia			
Município:	Belo Horizonte	UF:	MG	CEP: 30690250
Assinatura:	<i>Cleiton Oberto C. Mariano</i>			

Nome do dirigente:		Andressa Paula Guilherme		
Cargo:	Conselho fiscal		Tit. Eleitor:	196753690248
RG:	MG18119622	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 12091387606
Endereço:	Rua Alfar Gomes, 335. B. Durval de Barros			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 12091387606
Assinatura:	<i>Andressa Paula Guilherme</i>			

Nome do dirigente:				
Cargo:			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:				
Município:		UF:		CEP:
Assinatura:				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - **PROJETO DE VIDA**. Fundada em 19 de fevereiro de 1999, CNPJ nº 03.015.043.0001-39 é uma associação para fins não econômicos, de caráter filantrópico e beneficente, cujo nome fantasia é "**PROJETO DE VIDA**". A associação terá duração por tempo indeterminado, e, sua sede situa-se no Município de Contagem - Minas Gerais, a Rua Rio Branco 233D, CEP: 32.223-540, Bairro Amazonas e foro em Contagem.

Art. 2º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - "**PROJETO DE VIDA**", não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - "**PROJETO DE VIDA**", terá seu regimento interno próprio que aprovado pela assembleia geral, disciplinará seu funcionamento.

Art. 4º A fim de cumprir suas finalidades, a associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, podendo ainda apoiar, colaborar e cooperar com outras entidades públicas ou privadas, as quais se regerão por meio do regimento interno do "**PROJETO DE VIDA**", bem como por termo próprio.

Art. 5º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de drogas - "**PROJETO DE VIDA**", tem por finalidade:

- I- criar, elaborar, desenvolver, executar e promover ações de prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção social do dependente químico;
- II- elaborar, criar, desenvolver, executar o atendimento de assistência social relativos ao cidadão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
- III- elaborar, criar, desenvolver, executar ações que visem à promoção humana a fomentação da cidadania e da mobilização social;
- IV- promover ações objetivando o amparo e promoção à família, a maternidade, a infância, à adolescência e a velhice;



[Handwritten signature]

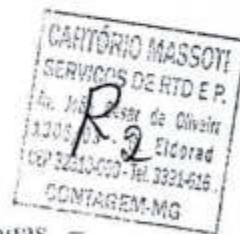
- V- desenvolver, promover e executar ações relativas ao atendimento, na modalidade de abrigamento temporário, transitório ou de longa permanência;
- VI- desenvolver, promover e executar radiodifusão e prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- VII- promover, criar e executar ações, programas e projetos objetivando a fomentação da educação, saúde, assistência social, segurança pública e defesa social, arte, da cultura e do esporte, lazer, turismo através das políticas públicas;
- VIII- promover, criar e executar ações sociais, programas e projetos objetivando a fomentação das políticas públicas de direitos humanos, da criança e adolescente, da mulher, do idoso, do consumidor e dos animais;
- IX- promover, criar e executar ações que promovam a sustentabilidade financeira da associação em prol do investimento em projetos.
- X- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- XI- Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- XII- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, profissionais, governamentais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;

§1º A associação terá seu funcionamento e suas atividades subsidiadas através de contribuições associativas, doações, parcerias, atividades voluntárias, apoio cultural, ações beneficentes e celebração de termos públicos e privados, bem como patrocínios de empresas e venda de serviços ou produtos.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 6º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - "PROJETO DE VIDA" é constituída por número ilimitado de associados, com garantia de ingresso gratuito, permitindo toda e qualquer pessoa física ou jurídica, desde que concorde com o disposto neste estatuto, nas categorias de fundador, benfeitor, honorário, contribuinte e outros, assim definidos:

- I- associados fundadores são aqueles que participaram da assembleia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
- II- associados contribuintes são os que contribuem com uma importância mensal no valor e modalidade estabelecida pela diretoria, conforme regimento interno.



[Assinaturas manuscritas]

III- associados benfeitores são os que contribuem com a entidade espontaneamente e periodicamente, sem que a mesma estipule a forma ou a quantia.

IV- associados beneméritos são os que prestam à entidade relevantes serviços das ações desenvolvidas pela Associação, sendo os mesmos indicados pelo Diretor Presidente.

Art. 7º São direitos dos associados:

I- A participação, direito de voz e voto nas instâncias deliberativas da associação.

Art. 8º São deveres dos associados:

I- cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II- acatar as determinações da diretoria;

III- estar em dia com as contribuições associativas.

§1º - Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria, após o exercício de direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

§2º - Fica garantida aos associados o direito de desligamento voluntário, do quadro associativo, quando julgarem necessárias, desde que comuniquem por escrito à diretoria o seu pedido de desligamento.

Art. 9º Os associados, dirigentes e conselheiros não respondem solidariamente, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da associação.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso indevido de Drogas "Projeto de Vida" - será administrada por:

I- Assembleia geral;

II- Diretoria;

III- Conselho Fiscal

IV- Conselho Comunitário.



Art. 11º A assembleia geral, órgão soberano da entidade, será constituída de associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12º Compete à Assembleia Geral:

- I- eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II- destituir os administradores;
- III- apreciar recursos contra as decisões da diretoria;
- IV- decidir sobre reformas do estatuto;
- V- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir e hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI- conceder o título de associado benemérito e benfeitores por proposta da diretoria;
- VII- decidir sobre a extinção da entidade;
- VIII- aprovar as contas;
- IX- aprovar o regimento interno;

Art. 13º A assembleia geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

- I- apreciar o relatório anual da diretoria;
- II- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal.

Art. 14º A assembleia geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- pelo Presidente da entidade;
- II- pelo Conselho
- III- pela Diretoria
- IV- pelo Conselho Fiscal
- V- Pelo Conselho Comunitário
- VI- pelo menos por um 1/5 (um quinto) dos associados

Art. 15º A convocação da assembleia geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



[Handwritten signature]

§1º A assembleia geral se reunirá em 1ª (primeira) convocação, com a maioria simples dos associados, e, em 2ª (segunda) convocação com qualquer número de associados, não exigindo quorum especial.

§2º Para as deliberações que se referem aos incisos II e IV do artigo 12º é exigido o voto concorde de 2/3 dos associados presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Art. 16º A diretoria será constituída por:

- I- Presidente;
- II- Vice-presidente;
- III- Secretário;
- IV- Tesoureiro.

Art. 17º São condições de elegibilidade para os cargos diretivos e consultivos da entidade:

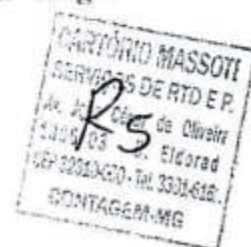
- I- ter idoneidade moral;
- II- ser sócio, pelo menos a 02(dois) anos e estar em dia com as obrigações estatutárias.
- III- ter comprovadamente 04(quatro) anos ininterruptos de atuação nas atividades promovidas pela entidade;

Art. 18º As eleições dar-se-ão a cada 04 (quatro) anos, permitida a reeleição, consideram-se eleitos, a qualquer dos cargos elencados no caput desse artigo, desde que obtenham a maioria absoluta dos associados votantes.

Parágrafo único. O tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, será limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 19º Compete à diretoria:

- I- elaborar e executar programa anual de atividades;
- II- elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III- celebrar com instituições públicas e privadas termos de colaboração e fomento em atividades de interesse comum;
- IV- contratar e demitir funcionários;



[Handwritten signatures]

V- recrutar atividade voluntária, de acordo com a legislação vigente.

§1º O PROJETO DE VIDA poderá remunerar tanto seus dirigentes que efetivamente atuem na gestão executiva da associação, quanto aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

§2º A Diretoria exerce o seu mandato até a posse da nova Diretoria mesmo que vencido o seu prazo, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias.

Art. 20º A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 21º Compete ao presidente:

- I- receber doações e subvenções;
- II- cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- III- presidir a assembleia geral;
- IV- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V- movimentar conta bancárias, juntamente com o tesoureiro ou individualmente;
- VI- Celebrar termos de colaboração e fomento com instituições públicas e privadas;
- VII- representar a associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “PROJETO DE VIDA”, judicialmente e extrajudicialmente.

Art. 22º Compete ao Vice-Presidente:

- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, colaboração ao presidente;

Art. 23º Compete ao secretário:

- I- secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia geral;
- II- publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Art. 24º Compete ao tesoureiro:

- I- apresentar semestralmente o balanete;
- II- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;



- III- movimentar contas bancárias, com anuência do Presidente;
- IV- arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- V- pagar as contas autorizadas, expressamente, pelo presidente ou seu substituto eventual;
- VI- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VII- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;
- VIII- conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria.

Art. 25º O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária, será composto por representantes de 05(cinco) entidades legalmente instituídas, podendo indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 1º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 2º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar 05(cinco) Conselheiros Comunitários.

§ 3º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 26º. Compete ao Conselho Comunitário:

- I- fiscalizar a programação da emissora;



- II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V – receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI – submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 27º O conselho fiscal será constituído por três membros, todos eleitos pela assembleia geral, observado o seguinte:

- I- o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria;

Art. 28º Compete ao conselho fiscal:

- I- opinar sobre aquisição e alienação de bens;
- II- examinar os livros de escritura da entidade;
- III- examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, emitindo parecer a respeito;
- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- Requisitar, a qualquer membro e a qualquer momento a exibição de documentos relativos à associação.

Parágrafo único. O conselho reunir-se-á sempre que for necessário, após prévia convocação.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 29º O patrimônio da associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “Projeto de Vida” será constituído de contribuições espontâneas, patrocínios ou recursos eventualmente fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública, devendo ter registro contábil.



A handwritten signature in dark ink, appearing to be "J. L. de Oliveira", located at the bottom right of the page.

Art. 30º Constituem receitas do **PROJETO DE VIDA**:

- I- termos de Parceria, subvenções, dotações, contribuições e outras rendas estipuladas em favor da associação pela Administração pública direta e indireta;
- II- contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- III- rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- IV- rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- V- Usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;
- VI- Juros bancários e outras receitas de capital;
- VII- Outras rendas eventuais.

Parágrafo único. As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no Território Nacional.

Art. 31º As atividades dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 32º A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPÍTULO VI **DA ATIVIDADE DE RADIODIFUSÃO**

Art. 33º A atividade de difusão comunitária, de caráter cultural, tem por finalidade:

- I- contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- II- dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- III- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV- coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- V- promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;



[Handwritten signature]

VI- promover continuamente o debate objetivando ao avanço dos projetos comunitários.

VII- prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, profissionais, governamentais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º Os bens móveis ou imóveis que a entidade possua ou venha a possuir, só poderão ser gravados com hipoteca, ou alienados por decisão da assembleia geral.

Art. 35º O exercício financeiro será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao inventário de todos os bens e ao levantamento da receita obtida e da despesa realizada, com escrituração Contábil, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, obedecendo às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), com divulgação de breve relatório e justificativa das atividades.

Art. 36º O presente estatuto social poderá ser reformado a qualquer tempo, a critério da assembleia geral.

Art. 37º Se, por qualquer motivo, a associação se dissolver, o seu patrimônio e as obrigações por ela assumidas serão destinadas à outra associação congênere, devidamente registrada no CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da legislação vigente, cujo objetivo social seja preferencialmente o mesmo da associação extinta, a juízo da assembleia geral que determinar o encerramento das atividades.

Art. 38º Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Contagem, 12 de Agosto de 2019.


Soraya Jesus Duarte Silva

Presidente


Paulo de Tarso Mariano

OAB/MG 116.606



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA, CNPJ
03.015.043.0001/39

Aos doze de agosto de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta minutos, na sede da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida, localizada na Rua Rio Branco, 233D, no bairro Amazonas, nesta cidade de Contagem - Minas Gerais, CEP: 32.223-540, por convocação do Presidente Giovanni Alexandre da Silva, reuniu-se em primeira convocação às dezenove horas e trinta minutos e em segunda convocação às vinte horas, com a presença de seus associados que assinaram a lista de presença. Presidindo a Assembleia o Sr. Giovanni Alexandre, deu início saudando os presentes e esclarecendo a finalidade de apresentar as novas adequações exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conforme edital e ordem do dia, 1- Alteração e aprovação da nova redação do Estatuto Social, conforme determinação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atendendo a Nota Técnica nº 10794/2019/SEI-MITIC, 2960/2019 SEI-MITIC, 2- Apresentação da carta de Renúncia Coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, 3. Eleição e posse dos membros da Diretoria e integrantes do Conselho Fiscal. Conforme a nota técnica nº 10794/2019/SEI-MIC, 10794/2019/SEI-MITIC, 2960/2019 SEI-MITIC, que orienta as alterações a serem realizadas no Estatuto da associação para que possa dar continuidade ao processo de renovação de outorga de radiodifusão. As adequações estão previstas na portaria nº 4334 publicada no DOU de 21-09/2015 e alterada pela portaria nº 1909 publicada no DOU de 09/04/2018. Após os esclarecimentos realizados pelo presidente Giovanni Alexandre da Silva foi colocado para aprovação a nova redação do Estatuto à todos os presentes, aprovado por todos e obedecendo todas as exigências do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Na continuidade dos trabalhos Giovanni Alexandre explicou que todos que ocupam os cargos de presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro e do Conselho Fiscal deverão ser destituídos conforme exigências das Notas Técnicas nº 10794/2019/SEI-MITIC, 2960/2019 SEI-MITIC, apresentando a Carta da Renúncia Coletiva sendo assinada por todos. Após as explicações a Carta da Renúncia Coletiva foi colocado para apreciação da Assembleia e acatado por todos. Giovanni Alexandre passou a condução dos trabalhos ao Sr. Paulo de Tarso Mariano - OAB/MG 116.606, assessor jurídico da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida, que deu prosseguimento aos encaminhamentos. Para iniciar o processo de eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal, o Sr. Paulo de Tarso Mariano convocou todos os participantes da Assembleia Geral, com a apresentação dos nomes para ocupação dos cargos, sendo os nomes apresentados na assembleia e por unanimidade eleitos e empossados pelos presentes: os Srs. (as): **PRESIDENTE:** Saraya Jesus Duarte Silva, brasileira, casada, filha de Miguel Ferreira Duarte e Nilza de Jesus Duarte, profissão, Seguradora, nascida em 30/06/1971, portador do RG MG 384.651, expedida pela SSP-MG e CPF:309.260.296-19, residente na Rua Capela, 119, Bairro Jardim Rincão, CEP: 32.241-290, Contagem - Minas Gerais, e-mail: sarayajduarte@guimaraes.org.br; **VICE PRESIDENTE:** Maurília Magna Gandra de Souza, brasileira, casada, filha de Jose Maria Gandra e Maria Antônia Gandra, profissão, Gerente administrativo, nascida em 30/12/1962, portadora do RG MG 2488705, expedida pela SSP-MG, CPF:543.875.263-20, residente na Rua Rio Madeira, 214, Bairro Amazonas, CEP:32.223-530, Contagem - Minas Gerais, e-mail: maurilia.gandra03@gmail.com; **SECRETÁRIA:** Gabrielle Oliveira Leite, brasileira, solteira, filha de Jose Lopes Leite e Efigênia Maria de Oliveira Leite, profissão, Atendente, nascido em 18/11/1998, portador do RG MG 17 435 619, expedida pela SSP-MG, CPF: 143.609.196-97, residente na Rua Alagoas, 335, Bairro Morada da Serra, CEP:32405-092, Ibirité - Minas Gerais, e-mail: gabrielle.oliveira7@gmail.com; **TESOUREIRO:** Italo David Nunes dos Santos, brasileiro, solteiro, filho de Antônio Cezar dos Santos e Aparecida Nunes dos Santos, profissão, Assistente, nascido em 18/08/1998, portador do RG MG 2488705, expedida pela SSP-MG, CPF: 143.609.196-97, residente na Rua Alagoas, 335, Bairro Morada da Serra, CEP:32405-092, Ibirité - Minas Gerais, e-mail: italo.davidnunes@gmail.com.



nascido em 15/07/1996, portador do RG MG 19.509.043, expedida pela SSP-MG, CPF: 136.387.496-90, residente na Rua Agripino de Lima, 69, Bairro Inconfidentes, CEP: 32.223-270, Contagem - Minas Gerais, e-mail: italodavid373@gmail.com. Para o CONSELHO FISCAL FORAM ELEITOS: Jade Araújo Costa, brasileira, solteira, filha de Adelino da Guarda Costa Neto e Jocilma Geralda de Araújo Costa, profissão, Educadora de artes, nascida em 07/08/2000, portador do RG MG 13.340.553, expedida pela SSP-MG, CPF: 145.318.876-56, residente na Rua Maria Cândida, 145, ap 102, Bairro Santa Maria, CEP: 32.240-200, Contagem - Minas Gerais, e-mail: jadearaujo01@hotmail.com; Cleiton Oberto Correia Mariano, brasileiro, solteiro, filho de Edilson Querino Mariano e Maria Jose Correia Mariano, profissão, Assistente administrativo, nascido em 24/02/1985, portador do RG MG 14.673.857, expedida pela SSP-MG, CPF: 077.467.356-73, residente na Rua Flor da Páscoa, 59, Bairro Lindéia, CEP: 30.690-250, Belo Horizonte - Minas Gerais, e-mail: cleitinhooberto@gmail.com.br; e Andressa Paula Guilherme, brasileira, casada, filha de Anderson Jose Guilherme e Magna Paula de Oliveira, Estudante, nascido em 06/04/1994, portador do RG MG 18.119.622, expedida pela SSP-MG, CPF: 120.913.876-06, residente na Rua Almir Gomes, 335, Bairro Durval de Barros, CEP: 32.242-360, Contagem - Minas Gerais, e-mail: Andressa.guilherme@outlook.com, com o mandato de 04 (quatro) anos, que tomam posse neste ato, iniciando-se este mandato em 12/08/2019 à 12/08/2023. O Conselho Comunitária permanece inalterado.

Encerrou-se a presente reunião. Eu, Paulo Mariano de Tavares, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Contagem, 12 de agosto de 2019.

Presidente:

Paulo Mariano de Tavares

Vice presidente:

Andressa Paula Guilherme

Secretaria:

Andressa Paula Guilherme

Tesoureiro:

Fabiano Norberto Santos

Conselho Fiscal

1. *Paulo Mariano de Tavares*

2. *Cleiton Oberto C. Mariano*

3. *Andressa Paula Guilherme*

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - CONTAGEM - MG
 Oficial: *Américo Burrone Massoti* Av. João César de Oliveira, 1308 - LJ. 01 - Eldorado Contagem - MG - CEP: 32.310-002 - Fone: (31) 3391-6161

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número **11494**.
 AVERBADO no Livro **A** sob o número **6471**.
 Contagem, 28 de Agosto de 2019.

O Oficial *Américo Burrone Massoti*
 PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
 Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Contagem/MG
 Selo Eletrônico No **DAB48920**
 Cód. Seq.: **5928.2443.2791.0752**
 Quantidade de atos Praticado(s): 004.
 Emol.: R\$126,79, Recomp.: R\$7,61,
 TFC: R\$45,66, Total: R\$186,38
 Consulte a validade deste selo no site:
<https://selos.tjmg.jus.br>






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.015.043/0001-39 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/03/1999	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PROJETO DE VIDA				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.10-1-00 - Atividades de rádio 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia 86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 87.11-5-01 - Clínicas e residências geriátricas 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos 87.11-5-05 - Condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos 87.30-1-01 - Orfanatos 87.30-1-02 - Albergues assistenciais 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 90.01-9-01 - Produção teatral 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO R RIO BRANCO		NÚMERO 233		COMPLEMENTO D	
CEP 32.223-540		BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS		MUNICÍPIO CONTAGEM	
UF MG		ENDEREÇO ELETRÔNICO DIRETORIAPROJETODEVIDA@GMAIL.COM			
TELEFONE (31) 3361-7526		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/03/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/08/2019 às 16:20:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.015.043/0001-39
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
08/03/1999

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

R RIO BRANCO

NÚMERO

233

COMPLEMENTO

D

CEP

32.223-540

BAIRRO/DISTRITO

AMAZONAS

MUNICÍPIO

CONTAGEM

UF

MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

DIRETORIAPROJETODEVIDA@GMAIL.COM

TELEFONE

(31) 3361-7526

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

08/03/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/08/2019 às 16:20:15 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



Menu Principal ▾

BOA TARDE
GIOVANNI ALEXANDRE DA SILVASistemas
Interativos

BOLETO » » Nada Consta

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GIOVANNI ALEXANDRE DA SILVA**CPF:** 735.640.016-20

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:49:10 do dia 19/08/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/09/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.015.043/0001-39

Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA

Endereço: RUA RIO BRANCO 233 D / AMAZONAS / CONTAGEM / MG / 32223-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2019 a 17/09/2019

Certificação Número: 2019081900342321350648

Informação obtida em 19/08/2019 16:28:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS -
PROJETO DE VIDA**
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:45:29 do dia 08/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2019.

Código de controle da certidão: **1FAE.4BCC.9811.4EE8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Debcads 36.873.847-7, 36.873.848-5, 37.041.656-2 e 37.041.655-4 quitados em Parcelamento Especial, nos termos de Despacho exarado no processo 13603.721.667/2018-30.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certidão nº: 175000463/2019

Expedição: 01/07/2019, às 11:54:19

Validade: 27/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.015.043/0001-39, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PIS-2591
 CPF 809
 RG 104008781-1
 DATA DE NASCIMENTO 30/06/1971
 ENDEREÇO BAOK RI. 37
 CIDADE NILZA DE JESUS
 ESTADO DO PARANÁ
 DATA DE EMISSÃO 24-06-2016
 VALIDADE EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MATO GROSSO
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

FOTOGRAFIA
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO NACIONAL
 Nº 1.848.705
 DATA DE NASCIMENTO: 19/03/1956
 NOME: MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA
 NOME: JOSE MARIA GANDRA
 NOME: MARIA ADELINA GANDRA
 NOME: JOAO MONLEVADE-FR
 DATA DE NASCIMENTO: 30/12/1962
 CDS: LV-1081 FL-178
 CONTAGEM, MS
 BOM HONORARIO
 BOM HONORARIO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICACAO
 MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA
 CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabrielle Oliveira Leite
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
CERIAL MG-17.435.619 DATA DE
EXPIRAÇÃO 03/02/2017

RENOME
GABRIELLE OLIVEIRA LEITE

FILIAÇÃO
JOSE LOPES LEITE
EFIGENIA MARIA DE OLIVEIRA LEITE

NATURALIDADE
BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 18/11/1998

DOC. ORIGEM NASC. LV-40 FL-87

IBIRITE-MG

CV 143609196-97

LETICIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
ASSINATURA DO DIRETOR

DTG 0501 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 2 VIA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-13.340.553 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/08/2019

NOME JADE ARAUJO COSTA

FILIAÇÃO ADELINO DA GUARDA COSTA NETO
JOELMA GERALDA DE ARAUJO COSTA

NATURALIDADE BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO 7/8/2000

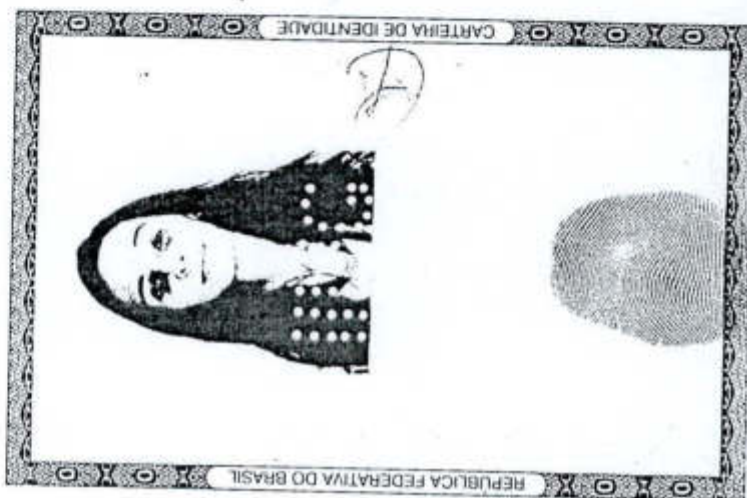
DOC. ORIGEM NASC. LV-195 FL-273

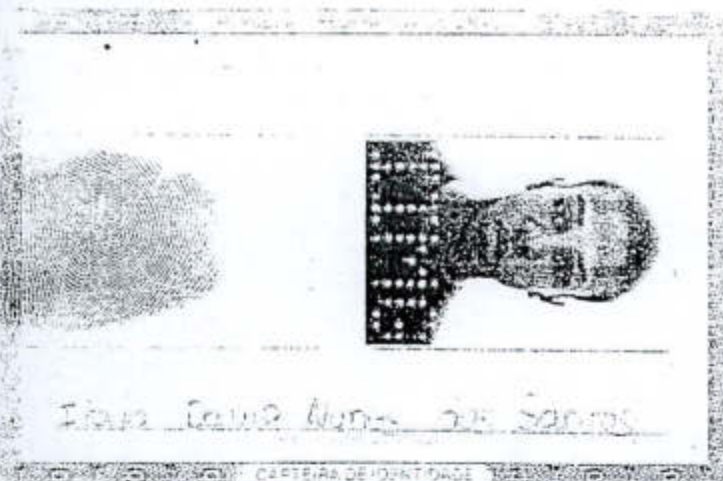
CONTAGEM-MG

CNPJ 146.318.876-56 PIS 1404251848-2

PIR-3007 LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS 3.VIA
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





MG-19.509.043 12/01/2012

ITALO DAVID NUNES DOS SANTOS

ANTONIO CEZAR DOS SANTOS

APARECIDA NUNES DOS SANTOS

BELO HORIZONTE-MG 15/7/1996

NASC. LV-176-A FL-129V

PARQUE INDUSTRIAL-MG

LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

PIC 2581

LEI Nº 7.115 DE 29/02/83

1 VIA

MINISTERIO DA FAZENDA

 Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

136.387.496-90

Nome

ITALO DAVID NUNES DOS SANTOS

Nascimento

15/07/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

711C.EAB9.0FCC.9FDE

A autenticidade desta comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço:

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 06:34:43 do dia 23/10/2012 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00



VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1628091329

NOME CLEITON OBERTO CORREIA MARIANO		
DOC. IDENTIDADE / CARGA DOCUMENTO DE IDENTIDADE MG14673857 SSP MG		
CPF 077.467.356-73		DATA NASCIMENTO 24/02/1985
FILIAÇÃO EDIRSON QUERINO MARIANO MARIA JOSE CORREIA MARIANO		
PERMISSÃO VEICULO	MOD 1000	CAT. NBR 205
IP RODOVIO 010001009033	VALIDADE 22/12/2027	1ª EMISSÃO 01/10/2007



PROIBIDO PLASTIFICAR
1628091329

ASSINATURA DO DETRAN/MG <i>Cleiton Oberbo C. Mariano</i>	
LOCAL CONTAGEM, MG	DATA EMISSÃO 26/12/2017
Cesar Augusto Monteiro A. Junior Diretor DETRAN/MG	51394076667 MG525971696
ASSINATURA DO EMISSOR	
MINAS GERAIS	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO que no dia 14 de Maio de 1965, no Estado de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, compareceu ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Horizonte, o Sr. CLEITON OBERTO CORREIA MARIANO, filho de

CLEITON OBERTO CORREIA MARIANO

do Estado de Minas Gerais

Assessorado por seu advogado, Sr. Edson Gusmão Mariano,

que apresentou a seguinte petição de reconhecimento de paternidade, a qual foi lida e aprovada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Horizonte, e, em seguida, foi expedido o presente mandado de citação para o Sr. Francisco Gusmão Mariano, filho de

Nome: EDINSON GUSMÃO MARIANO
Mãe: MARIA JOSE CORREIA MARIANO

Assessorado por Francisco Gusmão Mariano, filho de Maria do Carmo Mariano Mariano

Assessorado por José Correia da Cruz/
Raimunda Ribeiro da Cruz

Onde se encontra a mãe

Expedido em Belo Horizonte, em 14 de Maio de 1965

Assinado por



O referido é verdade, eu sou o Tabelião

Tabelião de Notas e Cartório de Registro Civil



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **809.260.296-49**

Nome: **SORAYA JESUS DUARTE SILVA**

Data de Nascimento: **30/06/1971**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:57:54** do dia **29/08/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A031.DB10.5344.D305**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **543.875.236-20**

Nome: **MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA**

Data de Nascimento: **30/12/1962**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:06:47** do dia **29/08/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **CD8D.8421.F420.8F90**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **120.913.876-06**

Nome: **ANDRESSA PAULA GUILHERME**

Data de Nascimento: **06/04/1994**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **04/02/2010**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:55:42** do dia **29/08/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **7730.3ED2.397B.3A40**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **143.609.196-97**

Nome: **GABRIELLE OLIVEIRA LEITE**

Data de Nascimento: **18/11/1998**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **17/04/2014**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:18:28** do dia **29/08/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **0871.CE5B.B740.E453**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **136.387.496-90**

Nome: **ITALO DAVID NUNES DOS SANTOS**

Data de Nascimento: **15/07/1996**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **26/09/2012**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:23:55** do dia **29/08/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A551.7E09.01D3.9428**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
146.318.876-56

Nome
JADE ARAUJO COSTA

Nascimento
07/06/2000

CÓDIGO DE CONTROLE
2340.4EB4.6D5B.7DF4



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:38:08 de dia 20/02/2019 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

077.467.356-73

Nome

CLEITON OBERTO CORREIA MARIANO

Nascimento

24/02/1985

CÓDIGO DE CONTROLE

D9CF.70CB.8592.00F0



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 17:50:32 do dia 28/08/2019 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

RELATÓRIO DA RÁDIO VIDA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA



Unidade Executora/Razão Social Ass. Com. Prev. Uso Ind. Drogas Projeto de Vida				C.N.P.J. 03.015.043/0001-39	
Endereço Rua Rio Branco, 233D. B. Amazonas				(DDD) Telefone/Fax 31-3361-7526	
Cidade Contagem	UF MG	CEP 32.22340	E-mail Institucional atendimento@projetoidevida.org.br		
Nome do responsável pela Unidade Giovanni Alexandre Silva					
C.P.F. 735.640.016-20				Data de Nascimento 31/07/1970	
R.G. /Órgão expedidor. MG3/939-180		Cargo presidente	E-mail do responsável atendimento@projetoidevida.org.br		
Endereço completo Rua Capela, 110, B. Jardim Riacho /Contagem			CEP 32.241.200	(DDD) Tel/Cel do Responsável: 993248990	

A Rádio comunitária vida FM, é a emissora oficial do Projeto de vida desde 2007. Com uma programação voltada para a comunidade conforme artigo 3º, que reza as finalidades do serviço de Rádio fusão Comunitária, dando visibilidade as ações na comunidade, no bairro e região, e principalmente facilitando acesso a um meio de comunicação popular e eficiente.

“A Rádio Comunitária se tornou uma arma positiva na mão da comunidade para denunciar e reivindicar direitos”!

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

O Conselho Comunitário da Radio vida é composta pelos conselheiros representantes das seguintes Entidades abaixo descrito:

- 1- Nelza Maria de Souza Silva, M2484391, residente a Rua Rio Tigre, 149, Bairro Riacho nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Lagoa Azul;

- 2- Maria Vicentina Santos, MG 89263, CPF 133817096-15, residente a Rua Messias Luiz de Freitas, 324, C4, Bairro Inconfidentes nesta cidade, presidente do Centro Educacional Infantil Maria de Lourdes Gonçalves;
- 3- Maria Bernadete Faria Santos, M4307665, CPF 651042506-87, residente a Rua Camilo Shiara, 392/310b, Bairro Flamengo nesta cidade, presidente da Associação Donna Marilena Pinto de Mattos – CEI Dona Belinha;
- 4- Jackson Luiz de Freitas, RG M3464187, CPF 666109826-00, residente a Rua Tiradentes, 1672, Bairro Industrial nesta cidade, Pastor da comunidade Graça e Paz;
- 5- Osvaldo Gomes de Abreu, RG MG 7220784, CPF 796.254.016-87, residente a Rua Manoel Zacarias, 124, b. Inconfidentes, Pastor da Associação da Igreja Metodista, 4ª Região Eclesiástica, nesta cidade.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO.

...* um Conselho Comunitário, já previsto em seu estatuto, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, visando o atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.

4º da Lei nº 9.612 de 1998...

[*http://emissoraocomunitaria.blogspot.com/p/conselho-comunitario.html](http://emissoraocomunitaria.blogspot.com/p/conselho-comunitario.html)

Importante destacar que o Conselho Comunitário da Rádio Vida FM, segue rigorosamente as obrigações previstas na lei, do Artigo 3º das finalidades da Rádio fusão, fiscalizando, acompanhando e opinando na grade da programação, principalmente no que tange aos benefícios da comunidade.

É imensurável importância do Conselho Comunitário para que a programação da rádio seja efetivamente cumprida. Também ressaltamos a relevância para o bom desenvolvimento da programação, a parceria mantida entre as entidades que cada membro do conselho representa, juntamente com o Projeto de Vida.



DA NOTA TÉCNICA Nº 10794/2019/SEI-MITIC

De acordo com exigência do Ministério das Comunicações, da Nota Técnica nº 10794/2019/SEI-MITIC, do processo de nº 01250.058647/2017-06, do ofício nº 6383/2019/SEI-MCTIC, na descrição da pendência, do art. 130, § 1º, inciso V, o presidente da Entidade, juntamente com o Conselho Comunitário, no que se refere ao Programa "**A Voz do Brasil**", foi inserido na grade da programação diária da rádio, no horário de 19 as 20 horas.

DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO

A Rádio, apresenta em sua programação:

Entretenimento, músicas Sertaneja, Mensagens de reflexão, anos 70, 80 e 90, o melhor da música Gospel, a Voz do Brasil, entrevistas temas diversos temas, com a participação de advogados, médicos veterinários, profissionais da saúde e da estética, para orientar e sanar as dúvidas dos ouvintes. Realização de blit's e pedágios com campanhas educativas, sociais e informativas, dentre outros temas relevantes e de interesse comunitário.

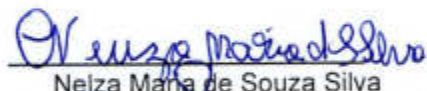
O Conselho Comunitário se preocupa e trabalha para que a programação da rádio esteja sempre em conformidade com as exigências do Ministério das Comunicações, e com os princípios da OSC Projeto de Vida, que tem como foco principal, o bem-estar social e emocional do indivíduo e sua família.

PS: A grade da programação atualizada encontra-se em anexo.

"O compromisso social permeia a programação da Rádio Vida, e é com essa finalidade que caminha a direção da Rádio"!



"Radio Vida FM, a emissora que dá voz e vez a comunidade!"



Nelza Maria de Souza Silva
Centro Educacional Infantil Lagoa Azul



Maria Vicentina Santos
Centro Educacional Infantil Maria de
Lourdes Gonçalves



Maria Bernadete Faria
Centro CEI Dona Belinha



Jackson Luiz De Freitas
Pastor da comunidade Graça e Paz



Osvaldo Gomes de Abreu Júnior
Associação da Igreja Metodista



Maurília Magda Gandra de Souza
Secretária



Soraya de Jesus Duarte
Presidente da OSC Projeto de Vida

Contagem, ____ de agosto de 2019

PROGRAMAÇÃO DE SEGUNDA À SEGUNDA

N°	HORÁRIOS		PROGRAMAÇÃO	LOCUTORES	GRAVAÇÃO
	INÍCIO	FIM			
1	02:00	07:00	Setão das Gerais	Só Músicas	P.A (Piloto Automático)

PROGRAMAÇÃO DE SEGUNDA À SEXTA

N°	HORÁRIOS		PROGRAMAÇÃO	Locutores	Gravação
	INÍCIO	FIM			
1	07:00	08:00	De Bem com a Vida	Pastor G. Fernandes	Ao Vivo
2	08:00	10:00	Show da Alegria I	Ney Alves	
3	10:00	11:00	Experiência com Deus	Reginaldo Manzotti	
4	11:00	13:00	Show da Alegria II	Ney Alves	
5	13:00	14:00	Conexão Jovem	Alunos do Projeto de Vida	P.A (Piloto Automático)
6	14:00	16:30	Top Brasil	Alex Rocha	Ao Vivo
7	16:30	18:00	Discoteca Sertaneja	Toninho Malacacheta	
8	18:00	18:30	Baú da saudade	Só músicas	P.A (Piloto Automático)
9	18:30	19:00	A Voz do Sertão		
10	19:00	20:00	A Voz do Brasil	Noticiário	
11	20:00	22:00	Quadros e Lançamentos musicais	Só músicas	
12	22:00	22:59	Good Night		
13	00:01	02:00	Falando com Deus		

PROGRAMAÇÃO SÁBADO

N°	HORÁRIOS		PROGRAMAÇÃO	LOCUTORES	GRAVAÇÃO
	INÍCIO	FIM			
1	07:00	09:00	Lançamentos	Só Músicas	P.A (Piloto Automático)
2	09:00	10:00	Os Magnatas da popularidade		
3	10:00	12:00	Nas ondas do calhambeque	Toninho Malacacheta	
4	12:00	16:00	Sucessos estilos variados	Só Músicas	
5	16:00	19:00	Samba, Pagode e Resenha	Ney Alves e Alex Rocha	
6	19:00	22:00	Sertanejos diversos	Só Músicas	
7	22:00	23:59	Good Night		
8	00:01	02:00	Os clássicos da música sertaneja		

PROGRAMAÇÃO DOMINGO

N°	HORÁRIOS		PROGRAMAÇÃO	LOCUTORES	GRAVAÇÃO
	INÍCIO	FIM			
1	07:00	08:00	Lançamentos	Só Músicas	P.A (Piloto Automático)
2	08:00	09:00	Sucessos Atuais		
3	09:00	10:00	Sertanejos variados		
4	10:00	12:00	Os convidados do Rei	Toninho Malacacheta	
5	12:00	14:00	Lançamentos internacionais	Só Músicas	
6	14:00	16:00	Sertanejo universitário		
7	16:00	17:00	Sertanejos estilos variados		
8	17:00	18:00	Lançamentos		
9	18:00	20:00	Sala de rebôco		
10	20:00	22:00	Pop internacional		
11	22:00	23:59	M.P.B.		
12	00:01	02:00	Musical sem intervalo		

ENTREVISTAS E QUADROS

HUMORIÇOÇA (QUADRO DE HUMOR)	Terças e Quintas 20:00 às 21:00	Marcos Ribamar e Wagão	Ao Vivo
VIDA ANIMAL	Terças Feiras 11:00 às 12:00	Marcelo Rios	
A VOZ DO LEG. VEREADORES	Quintas Feiras 11:00 às 12:00	Convidados Variados	
SECRETÁRIO DIREITOS HUMANOS	Sextas Feiras 11:00 às 12:00	Marcelo Lino	
INSTITUTO APOSENTAR	Quintas Feiras 11:00 às 11:15	Ney Alves e Alan (por telefone)	Transmissão ao vivo

Nº do processo: 01250.058647/2017-06
 Tipo: SERAD - Renovação de Outorga
 Data de geração: 22/09/2017
 Interessados: Associação Comunitaria de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas -
 Projeto de Vida ;
 Nível do processo: RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
22/09/2017 09:46	SEARC
03/10/2017 09:57	SEARC
03/10/2017 09:57	SERCO_REN
04/10/2017 10:00	SERCO_REN
04/10/2017 16:38	SERCO_REN
06/10/2017 11:06	SERCO_REN
06/10/2017 11:06	SERCO_REN
24/10/2017 14:23	SERCO_REN
24/10/2017 14:24	SERCO_REN
31/10/2017 13:16	SERCO_REN
31/10/2017 13:16	CGRC
31/10/2017 13:17	CGRC
31/10/2017 13:17	SEARC
31/10/2017 13:17	SEARC
31/10/2017 13:17	SEARC
04/04/2018 14:48	SEARC
04/04/2018 14:48	SERCO_REN
06/04/2018 10:35	SERCO_REN
10/04/2018 17:35	SERCO_REN
10/04/2018 17:35	SERCO_REN
10/04/2018 17:38	SERCO_REN
10/04/2018 17:39	SEAPA_ANATEL
11/04/2018 07:59	SEAPA_ANATEL
11/04/2018 08:00	PROT_ANATEL
12/04/2018 11:43	PROT_ANATEL
12/04/2018 11:50	PROT_ANATEL
12/04/2018 11:51	SEAPA_ANATEL
12/04/2018 15:42	SEAPA_ANATEL
12/04/2018 15:42	SERCO_REN
13/04/2018 15:04	SERCO_REN

Data	Unidade
17/04/2018 09:49	SERCO_REN
17/04/2018 09:49	SERCO_REN
28/06/2018 17:59	SERCO_REN
28/06/2018 17:59	SERCO_REN
28/06/2018 17:59	CGRC
28/06/2018 18:00	SERCO_REN
28/06/2018 18:00	SERCO_REN
29/06/2018 08:13	CGRC
29/06/2018 08:14	SEARC
08/11/2018 08:39	SEARC
21/11/2018 07:31	CGRC_REG_SC
22/11/2018 08:44	CGRC_REG_SC
08/03/2019 15:08	CGRC_REG_SC
08/03/2019 15:08	SERCO_REN
08/03/2019 17:37	SERCO_REN
11/03/2019 09:32	SERCO_REN
11/03/2019 09:36	SERCO_REN
11/03/2019 09:48	SERCO_REN
11/03/2019 09:49	SERCO_REN
10/04/2019 12:18	SERCO_REN
10/04/2019 12:18	SERCO_REN
10/04/2019 12:19	SERCO_REN
10/04/2019 12:19	CGRC
10/04/2019 13:44	CGRC
10/04/2019 13:44	CGRC_REG_SC
10/04/2019 16:40	CGRC_REG_SC
02/07/2019 15:06	SEARC
03/07/2019 17:57	CGRC_REG_SC
05/07/2019 12:29	SEARC
05/07/2019 12:30	SERCO_REN
08/07/2019 15:28	SERCO_REN
09/07/2019 10:58	SERCO_REN
09/07/2019 11:15	SERCO_REN
09/07/2019 11:25	SERCO_REN
09/07/2019 11:25	SERCO_REN

Fechar

Nº do processo: 01250.058647/2017-06
 Tipo: SERAD - Renovação de Outorga
 Data de geração: 22/09/2017
 Interessados: Associação Comunitaria de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida ;
 Nível do processo: RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
22/09/2017 09:46	SEARC
03/10/2017 09:57	SEARC
03/10/2017 09:57	SERCO_REN
04/10/2017 10:00	SERCO_REN
04/10/2017 16:38	SERCO_REN
06/10/2017 11:06	SERCO_REN
06/10/2017 11:06	SERCO_REN
24/10/2017 14:23	SERCO_REN
24/10/2017 14:24	SERCO_REN
31/10/2017 13:16	SERCO_REN
31/10/2017 13:16	CGRC
31/10/2017 13:17	CGRC
31/10/2017 13:17	SEARC

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS- PROJETO DE VIDA CONFORME EXIGENCIA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, EM ACORDO COM AS NOTAS TÉCNICAS NºS 10794/2019/SEI-MITIC E Nº 2960/2019/SEI-MITIC, DO PROCESSO DE Nº 01250.058647/2017-06

NOME DOS PARTICIPANTES	CPF	ASSINATURA
Andreia Paula Aguiar	130.913.876-06	Aguiar
Vitor Hugo Priato Costa	012656546-54	Vitor
Mariane Gandra de Souza	081939716-93	Mariane
Miguel Junior de Jesus Gomes	043726756-31	Miguel
Adilson do G. P. Neto	463746715-70	Adilson
Angelina Maria Ferreira	904246706-15	Angelina
Cláudia Regina Silva Pires	010238346-02	Cláudia
Elaine Maria Gláucia	133502078-05	Elaine
Alfredo Soares Santos	421270076-72	Alfredo
Caroline Gandra	070725716-63	Caroline
Estelene de Jesus Silva	029858336-15	Estelene
Maria do Carmo	432776756-53	Maria
Isabel Lima melles	128699466-41	Isabel
Wagner Moraes	113484171	Wagner
Maria Valentina Santos	133511096-15	Maria Valentina
Maria Bernadete Lima	651042506-51	Maria Bernadete

Contagem, 12 de agosto de 2019

Giovanni Alexandre da Silva

Presidente da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS- PROJETO DE VIDA CONFORME EXIGENCIA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, EM ACORDO COM AS NOTAS TÉCNICAS NºS 10794/2019/SEI-MITIC E Nº 2960/2019/SEI-MITIC, DO PROCESSO DE Nº 01250.058647/2017-06

NOME DOS PARTICIPANTES	CPF	ASSINATURA
Francine Jorgina Guedes Silva	543.825.236-10	
Patricia Xavier Oliveira	344.347.856-19	
Raquel Filore Lima	879.124.146-49	
Maria das Graças Almeida		
Andre Parizinho Pereira	015.175.926-07	
Italo David Nunes dos Santos	136.327.446-33	
Paulo César Cardoso	080.241.016-93	
Walterth Júnior de Andrade	013.951.846-07	
Jade Araújo Costa	146.318.876-56	
Amos Gomes Rodrigues	134.325.456-65	
Fernanda Sousa Maranhão	099.627.005-4	
Gabrielle Almeida Leite	343.609.396-02	
Wenderson Vitorino	041.933.896-12	
Helaine Silva de Oliveira	013.146.616-41	
Thaísanne Heleni Silva	123.454.206-06	
Simone Aparecida Dias	978.382.016-04	
Isabel Cristina	765.431.626-24	
Alex Gomes da Rocha	0405.827.366-5	
Antonio Custódio Lopes Gonçalves	101.076.106-53	
ELCINEI BATISTA ALVES	878.771.396-91	
Clerton Oberto C. Mariano	017.462.356-73	



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA ALTERAÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA, CONFORME EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, EM ACORDO COM AS NOTAS TÉCNICAS NºS 10794/2019/SEI-MITIC E Nº 2960/2019/SEI-MITIC, DO PROCESSO DE Nº 01250.058647/2017-06.

[illegible]

CARTÓRIO MASSOTI
SERVIÇOS DE RTD E P.
Av. João César de Oliveira
1306/03 Eldorado
CEP 3220-000 Tel. 3391-616.
CONTAGEM-MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS – PROJETO DE VIDA, CNPJ 03.015.043.0001/39; Organização da Sociedade Civil, estabelecida no Município de Contagem – Minas Gerais, à Rua Rio Branco 233D, CEP: 32.223-540, Bairro Amazonas convoca os associados e demais interessados, para participarem de Assembléia Geral a ser realizar-se no dia 12 de agosto de 2019, às 19:00, (1ª chamada) e às 19:30 (2ª chamada) em sua sede, visando deliberar sobre a seguinte pauta do dia: 1. Alteração e aprovação da nova redação do Estatuto Social, conforme determinação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atendendo a Nota Técnica nº 10794/2019/SEI-MITIC, 2960/2019 SEI-MITIC, 2. apresentação da carta de Renúncia Coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, 3. Eleição e posse dos membros da Diretoria e integrantes do Conselho Fiscal.

Contagem, 24 de julho de 2019.



GIOVANNI ALEXANDRE DA SILVA

PRESIDENTE



Contagem, 12 de agosto de 2019.

Renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária de
Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida.
CNPJ: 03.015.043.0001/39

Prezados Senhores,

Comunicamos a esta Assembléia a renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, conforme determinação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atendendo a Nota Técnica nº 10794/2019/SEI-MITIC, 2960/2019 SEI-MITIC.

A renúncia coletiva aplica aos cargos de presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro e aos três membros do Conselho Fiscal, empossados em 31 de Janeiro de 2019 e término em 31 de Janeiro de 2025. As razões desta renúncia coletiva se dá por meio da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/09/2015 e alterada pela Portaria nº 190, publicada no DOU de 09/04/2018.

Assim, confirmamos a nossa renúncia ao cargo de presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro e os três membros do conselho fiscal desta Associação Comunitária de Prevenção ao uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida.

Sem mais para o momento,

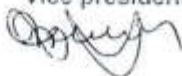
Atenciosamente,

Giovanni Alexandre Silva
Presidente



Miguel Junior de Jesus Duarte

Vice presidente



Mariane Gandra de Souza

Secretaria

Mariane Gandra de Souza

Victor Hugo Ciriaco Costa,

Tesoureiro

[Signature]

Conselho Fiscal

[Signature]

1. Maurilia Magna Gandra de Souza

Italo David Nunes dos Santos

2. ; Italo David Nunes dos Santos

Adelino da Guarda Costa Neto

3. Adelino da Guarda Costa Neto



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - CONTAGEM - MG
Oficial: Andréia Barroso Massoti
Av. João César de Oliveira, 1306 - Lj. 03 - Eldorado
Contagem - MG - CEP 32.318-000 - Fone: (31) 3391-6161

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número 11492
AVERBADO no Livro A sob o número 6471.
Contagem, 28 de Agosto de 2018.

O Oficial

[Signature]
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica - Contagem/MG

Selo Eletrônico No DAB48874

Cód. Seq.: 0678.9622.2640.3945

Quantidade de atos Praticado(s): 003.

Emol.: R\$112,38, Recomp.: R\$6,75,

TFJ: R\$40,17, Total: R\$164,92

Consulte a validade deste selo no site:
<https://selos.tjmg.jus.br>





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
PAULO DE TARSO MARIANO

INSCRIÇÃO
116606

FILIAÇÃO
LUIZ GONZAGA MARIANO
NATALINA SANTOS MARIANO

NACIONALIDADE
BELO HORIZONTE-MG

RG
MG-3.916.179 - SSP/MG

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDOS
NÃO

DATA DO NASCIMENTO
09/08/1988

CPF
570.655.356-49

VIA EXPEDIENTE EM
02 23/02/2016



ANTONIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES
PRESIDENTE

IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(ART. 1º DA LEI Nº 6.898/94)

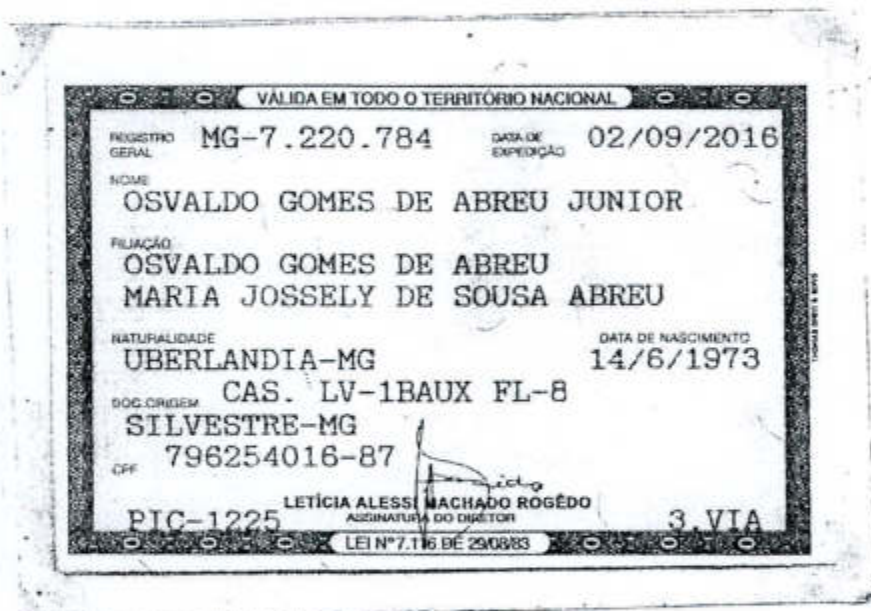
USO OBRIGATORIO

ASSINATURA DO ADVOGADO

07809677

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





VALIDA EM TODOS OS FOMENTOS NACIONAIS

RG: MG-3.464.187 DATA DE VALIDADE: 06/03/2013

NOME: JACKSON LUIZ DE FREITAS

PRENOME: JOAO LUIZ DE FREITAS
ENIR OLIVEIRA DE FREITAS

NATURALIDADE: CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO: 1/4/1968

CAS. LV-201 FL-99

BELO HORIZONTE-MG

CPF: 666109826-00

PIC-2205 LETICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DETENTOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/06/93

REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DA DEFESA

FÓRÇA ARMADA GUINEENSE

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Jackson Luiz de Freitas

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG-2.484.391

DATA DE EMISSÃO 25/06/2015

NEZA MARIA DE SOUZA SILVA

LOURENÇO DE SOUZA

GUILHERMINA VIZIDORO DA SILVA

BRUMADINHO-MG

CAS. LV-155 FL-588

BELO HORIZONTE-MG

PIC-2205

LEI N 7.116 DE 2008/83

ASSINATURA DO DETENTOR

2. VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO





Neza Maria de Souza Silva

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL
MG-2.488.705

DATA DE
EMISSÃO 19/03/1996

NOME
MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA

JOSE MARIA GANDRA
MARIA ADELINA GANDRA
NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO
30/12/1962

JOAO MONLEVADE-MG
DOC ORIGEM
CAS. LV-10EC FL-178

CONTAGEM-MG
CPF

RELO-MORIGEM
MARCIO BARINHO ESCALVÃO

LEI Nº 7.116 DE 20/02/83



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL MG-89.263	DATA DE EXPEDIÇÃO 06/04/2010
NOME MARIA VICENTINA SANTOS	
FILIAÇÃO JOSE LINO DOS SANTOS SABINA BARBOSA AZEVEDO SANTOS	
NATURALIDADE SETE LAGOAS-MG	DATA DE NASCIMENTO 19/9/1941
DOC. ORIGEM NASC. LV-9A FL-131V	
SETTE LAGOAS-MG	
CPF 133817096-15	PIS 1024774461-9
PIR-2720	NILMA C. REIS SANTOS ASSINATURA DO DIRETOR
	4. VIA
LEI Nº 116 DE 29/08/83	

CARTÃO DE IDENTIDADE	
Maria Vicentina Santos	
	
ESTADO DE GOIAS DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	



08976-24 30 40876524

Beobachtung



3,450,938
STATE OF TEXAS, COUNTY OF DALLAS, CITY OF DALLAS, TEXAS

[illegible]

CAN-USA 20-142-11 10-11
 CAN-USA 10-142-11 10-11

DATE: 08/08/2010 08:41:00

[illegible]



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa,
Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão
Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF

AR

AR



a vida sem drogas é um grande projeto.

Rua Rio Branco 233D - Bairro Amazonas - Contagem - MG - Fone: 3361-7526 - CEP 32.223.540
www.projetoidevida.org.br



Encontrada a emissora no endereço e coordenadas geográficas fornecidas RUA RIO BRANCO, 233 – COORDENADAS GEOGRÁFICAS 19° 57' 52"S – 44° 02' 24"W

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

DESPACHO

Processo nº: **01250.058647/2017-06**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.058647/2017-06, de interesse da Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **CONTAGEM/MG**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (evento SEI 5379589).

2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgenstern Aiub, Engenheiro**, em 13/04/2020, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5379599** e o código CRC **474135D9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 5379599



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. DE PREV. AO USO INDEVIDO DE DROGAS-PROJ.VIDA

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:47:27 do dia 01/04/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/05/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.015.043/0001-39

Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA

Endereço: RUA RIO BRANCO 233 D / AMAZONAS / CONTAGEM / MG / 32223-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/03/2020 a 12/07/2020

Certificação Número: 2020031500494854405072

Informação obtida em 01/04/2020 17:44:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA
CNPJ: 03.015.043/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:42:35 do dia 01/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/09/2020.

Código de controle da certidão: **2637.4CCD.16F7.6470**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS
- PROJETO DE VIDA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certidão nº: 7583655/2020

Expedição: 01/04/2020, às 17:45:29

Validade: 27/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.015.043/0001-39**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº **01250.058647/2017-06**.

Entidade: **Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**

Localidade: **Contagem / MG**.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (2345613).

1.1) Data de recebimento / Protocolo no SEI: 30/10/2017.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 1 a 3 (4598585).

Obs.1: O número do título eleitoral da Secretária (Gabrielle Oliveira Leite) informado no requerimento está incorreto.

Obs.2: O processo se encontra tecnicamente instruído (5379599).

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (2345613).

3) Estatuto Social: fls. 4 a 15 (4598585).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 5º, VI;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica: art. 6º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7º, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: -;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 16;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 19 a 24;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução (após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos): art. 18, parágrafo único.

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25 e 26.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º, 5º e 33;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6º (admissão). art. 8º, §1º (exclusão) e art. 8º, §2º (demissão);

e) Direitos dos associados: art. 7º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com procedimento que garanta o direito de defesa e de recurso: art. 8º, §1º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 5º, §1º e arts. 29 e 30;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11 a 15;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: alteração estatutária: arts. 11, IV e art. 36 (art. 15, §2º - quórum) e art. 12, VII (extinção);

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 10 a 24 e art. 28;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, II e IV e art. 15, §2º;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12, I, art. 17 e 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 14, VI;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 14 e 15 (4598585). **Mandato:** 12/08/2019 a 12/08/2023.

Presidente: Soraya Jesus Duarte Silva;
Vice-Presidente: Maurília Magna Gandra de Souza;
Secretária: Gabrielle Oliveira Leite;
Tesoureiro: Ítalo David Nunes dos Santos;

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes: fls. 23, 24, 26, 29 e 30 (4598585).
O RG da Presidente encaminhado encontra-se ilegível.

6) CNPJ: fl. 16 e 17 (4598585)

7) Certidão Negativa da Anatel: (5388383).

8) Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls. 36 a 40 (4598585).

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (5388389).

10) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal: (5388393).

11) Certidão negativa de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (5388400).

*****PENDÊNCIAS:**

- Requerimento de Renovação contendo todos os dados e declarações constantes do modelo encaminhado (Anexo 5 da Portaria) e assinatura de todos os novos dirigentes preenchido corretamente.

- No estatuto social

PORTARIA MCTIC

(I). Direito de votar e ser votado para todos os cargos de direção.

- Comprovantes de maioria e nacionalidade (legível) da Presidente.

*****CONCLUSÃO:**

- Processo ainda não instruído.
- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se observou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se constatou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se observou irregularidade.
- Será elaborada 3ª exigência a fim de sanar as pendências observadas.

DADOS DOS DIRIGENTES

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Soraya Jesus Duarte Silva	30/06/1971	809.260.296-49			093665630264	-	-
Vice-Presidente	Maurília Magna Gandra de Souza	30/12/1962	543.875.236-20	MG-2.488.705	José Maria Gandra Maria Adelina Gandra	003913350205	-	-
Secretária	Gabrielle Oliveira Leite	18/11/1998	143.609.196-97	MG-17.435.619	José Lopes Leite / Efigênia Maria de Oliveira Leite	209198920230*	-	-
Tesoureiro	Ítalo David Nunes dos Santos	15/07/1996	136.387.496-90	MG-19.509.043	Antônio Cezar dos Santos / Aparecida Nunes dos Santos	210852540221	-	-

*numeração correta do título de eleitor

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

DESPACHO

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS).**

1. Tendo-se em vista a **Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018** e a análise realizada na documentação encaminhada pela **Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Contagem / MG**, constaram-se as seguintes pendências:

1.1. **REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO (Art. 130, § 1º, inciso I da Portaria):**

Da análise do documento encaminhado, observou-se que o número do título eleitoral referente à Secretária, **Gabrielle Oliveira Leite**, indicado no Requerimento está incorreto. Assim, deverá ser encaminhado novo Requerimento de Renovação, conforme o modelo encaminhado (Anexo 5 da Portaria), contendo todas as informações e declarações e assinado por todos os diretores.

1.2. **CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL (Art. 130, § 1º, inciso II da Portaria):**

Da análise do estatuto social encaminhado, constatou-se inobservância ao seguinte item do art. 140 da Portaria:

IV – garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos:

Não consta do estatuto.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório

de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

1.3. COMPROVANTE DE MAIORIDADE/NACIONALIDADE (Art. 130, § 1º, inciso IV)

A Entidade deverá enviar documento que demonstre que a Presidente, **Soraya Jesus Duarte Silva**, é brasileira nata ou brasileira naturalizada há mais de 10 anos, bem como maior de 18 anos.

Observação 1: o RG da Presidente que fora encaminhado encontra-se ilegível.

Observação 2: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. O documento encaminhado deve estar legível.

Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

2. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 13/04/2020, às 17:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5388329** e o código CRC **7F7AF88D**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 - Requerimento de Renovação (3885389).

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 5388329



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 14880/2020/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 16 de abril de 2020.

Ao(À) Senhor(a)
Soraya Jesus Duarte Silva

Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida
(CNPJ nº 03.015.043/0001-39)
Rua Rio Branco, nº 233D Bairro Amazonas
32.223-540 Contagem / MG

]Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo-se em vista a **Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018** e a análise realizada na documentação encaminhada pela **Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Contagem / MG**, constaram-se as seguintes pendências:

1.1. REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO (Art. 130, § 1º, inciso I da Portaria):

Da análise do documento encaminhado, observou-se que o número do título eleitoral referente à Secretária, **Gabrielle Oliveira Leite**, indicado no Requerimento está incorreto. Assim, deverá ser encaminhado novo Requerimento de Renovação, conforme o modelo encaminhado (Anexo 5 da Portaria), contendo todas as informações e declarações e assinado por todos os diretores.

1.2. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL (Art. 130, § 1º, inciso II da Portaria):

Da análise do estatuto social encaminhado, constatou-se inobservância ao seguinte item do art. 140 da Portaria:

IV – garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos:

Não consta do estatuto.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas,

conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

1.3. **COMPROVANTE DE MAIORIDADE/NACIONALIDADE (Art. 130, § 1º, inciso IV)**

A Entidade deverá enviar documento que demonstre que a Presidente, **Soraya Jesus Duarte Silva**, é brasileira nata ou brasileira naturalizada há mais de 10 anos, bem como maior de 18 anos.

Observação 1: o RG da Presidente que fora encaminhado encontra-se ilegível.

Observação 2: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. O documento encaminhado deve estar legível.

Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

2. Salienta-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

3. Ademais, estabeleço o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Saliento que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

5. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

6. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

7. Esclareço, ainda, que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

Minutas e Anexos:

Anexo 5 - Requerimento de Renovação (3885389).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2020, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
5398872 e o código CRC **E1187B95**.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 5398872

Data de Envio:

22/04/2020 15:24:26

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <serco.sei@mctic.gov.br>

Para:

DIRETORIAPROJETODEVIDA@GMAIL.COM

diretoriaprojetodevida@gmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.058647/2017-06

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5398872.html

Anexo_3885389_ANEXO_5_RENOVACAO_revisado.pdf

Contagem, 19 de maio de 2020.

CEPV/046/2020.

À ILMA.SRA

Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Coordenadora Geral Rádiofusão Comunitária

Assunto: Constatação de Pendências. Exigência Três (3),
do Ofício nº 14880/2020/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC
Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Com os cordiais cumprimentos, venho através desse comunicar que as pendências apontadas pelo **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, encontram-se sanadas, conforme descrição abaixo:

- Requerimento de Renovação com número correto do Título eleitoral da Secretária Gabrielle Oliveira Leite
- Cópia do Estatuto Social com devidas alterações, no que tange o Art. 130, § 1º, inciso II da Portaria.
- Comprovante de maioria/nacionalidade da Presidente Soraya Jesus Duarte Silva conforme Art. 130, § 1º, inciso IV, e cópia nítida do RG.

Assim, pedimos mais uma vez a compreensão de V.Sa., com os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



SORAYA JESUS DUARTE SILVA
PRESIDENTE DA OSC- PROJETO DE VIDA

PS.: Segue anexa documentação solicitada

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 21/05/2020 às 11:30 horas
Assinatura: Ailton Silva

a vida sem drogas é um grande projeto.

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas			
Nome Fantasia:	Projeto de Vida	CNPJ:	03.015.043/0001-39	
Endereço de Sede:	Rua Rio Branco, 233 D, B. Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	Mg	CEP: 32223540
Nome do representante legal:	Soraya Jesus Duarte Silva			
Endereço eletrônico (e-mail):	diretoriaprojetodevida@gmail.com			

Endereço de Correspondência:	Rua Rio Branco, 233D, B. Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32.223.540

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	Rua Rio Branco, 233D, B. Amazonas			
Município:	Contagem	UF:	MG	CEP: 32.223.540
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 19	° (N/S)	57	'52 "00
	Longitude: 44	° W02	'24	"00

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

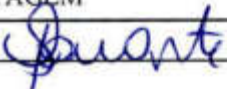
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

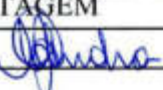
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;


X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	SORAYA JESUS DUARTE SILVA				
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	093665630264
RG:	MG5384651	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	80926029649
Endereço:	RUA CAPELA 110 B. JARDIM RIACHO DAS PEDRAS				
Município:	CONTAGEM	UF:	MG	CEP:	32241290
Assinatura:					

Nome do dirigente:	MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA				
Cargo:	VICE PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	003913350205
RG	: MG2488705	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	54387523620
Endereço:	RUA RIO MADEIRA 214, B. AMAZONAS				
Município:	CONTAGEM	UF:	MG	CEP:	32223530
Assinatura:					

Nome do dirigente:	GABRIELLE OLIVEIRA LEITE				
Cargo:	SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	209198920230
RG:	MG17435619	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	14360919697
Endereço:	RUA ALAGOAS 335, B. MORADA DA SERRA				
Município:	IBIRITÉ	UF:	MG	CEP:	32405092
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ITALO DAVID NUNES DOS SANTOS				
Cargo:	TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	210852540221
RG:	MG19509043	Órgão	SSPMG	CPF:	13638749690

		Emissor:	SSPMG		
Endereço:	RUA AGRIPIO DE LIMA 69, B. INCONFIDENTES				
Município:	CONTAGEM	UF:	MG	CEP:	32223270
Assinatura:	<i>Ibalo David Nunes dos Santos</i>				

Nome do dirigente:	JADE ARAUJO COSTA				
Cargo:	1 CONSELHO FISCAL			Tit. Eleitor:	217906520248
RG:	MG13340553	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	14631887656
Endereço:	RUA MARIA CANDIDA 145 AP102				
Município:	CONTAGEM	UF:	MG	CEP:	32240200
Assinatura:	<i>Jade Araujo Costa</i>				

Nome do dirigente:	ANDRESSA PAULA GUILHERME				
Cargo:	2 CONSELHO FISCAL			Tit. Eleitor:	196753690248
RG:	MG18119622	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	12091387606
Endereço:	RUA CAPELA 65 JDM RIACHO DAS PEDRAS				
Município:	CONTAGEM	UF:	MG	CEP:	32241290
Assinatura:	<i>Andressa Paula Guilherme</i>				

Nome do dirigente:	CLEITON OBERTO MARIANO				
Cargo:	3 CONSELHO FISCAL			Tit. Eleitor:	151040410299
RG:	MG14673857	Órgão Emissor:	SSPMG	CPF:	07746735673
Endereço:	RUA FLOR DE PÁSCOA 59, B. LINDÉIA				
Município:	BELO HORIZONTE	UF:	MG	CEP:	30690250
Assinatura:	<i>Cleiton Oberto C. Mariano</i>				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – **PROJETO DE VIDA**. Fundada em 19 de fevereiro de 1999, CNPJ nº 03.015.043.0001-39 é uma associação para fins não econômicos, de caráter filantrópico e beneficente, cujo nome fantasia é “**PROJETO DE VIDA**”. A associação terá duração por tempo indeterminado, e, sua sede situa-se no Município de Contagem – Minas Gerais, a Rua Rio Branco 233D, CEP: 32.223-540, Bairro Amazonas e foro em Contagem.

Art. 2º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, terá seu regimento interno próprio que aprovado pela assembleia geral, disciplinará seu funcionamento.

Art. 4º A fim de cumprir suas finalidades, a associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, podendo ainda apoiar, colaborar e cooperar com outras entidades públicas ou privadas, as quais se regerão por meio do regimento interno do “**PROJETO DE VIDA**”, bem como por termo próprio.

Art. 5º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, tem por finalidade:

- I- criar, elaborar, desenvolver, executar e promover ações de prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção social do dependente químico;
- II- elaborar, criar, desenvolver, executar o atendimento de assistência social relativos ao cidadão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;
- III- elaborar, criar, desenvolver, executar ações que visem à promoção humana a fomentação da cidadania e da mobilização social;
- IV- promover ações objetivando o amparo e promoção à família, a maternidade, a infância, à adolescência e a velhice;





- V- desenvolver, promover e executar ações relativas ao atendimento, na modalidade de abrigo temporário, transitório ou de longa permanência;
- VI- desenvolver, promover e executar radiodifusão e prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- VII- promover, criar e executar ações, programas e projetos objetivando a fomentação da educação, saúde, assistência social, segurança pública e defesa social, arte, da cultura e do esporte, lazer, turismo através das políticas públicas;
- VIII- promover, criar e executar ações sociais, programas e projetos objetivando a fomentação das políticas públicas de direitos humanos, da criança e adolescente, da mulher, do idoso, do consumidor e dos animais;
- IX- promover, criar e executar ações que promovam a sustentabilidade financeira da associação em prol do investimento em projetos.
- X- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- XI- Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- XII- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, profissionais, governamentais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;

§1º A associação terá seu funcionamento e suas atividades subsidiadas através de contribuições associativas, doações, parcerias, atividades voluntárias, apoio cultural, ações beneficentes e celebração de termos públicos e privados, bem como patrocínios de empresas e venda de serviços ou produtos.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 6º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – “PROJETO DE VIDA” é constituída por número ilimitado de associados, com garantia de ingresso gratuito, permitindo toda e qualquer pessoa física ou jurídica, desde que concorde com o disposto neste estatuto, nas categorias de fundador, benfeitor, honorário, contribuinte e outros, assim definidos:

- I- associados fundadores são aqueles que participaram da assembleia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
- II- associados contribuintes são os que contribuem com uma importância mensal no valor e modalidade estabelecida pela diretoria, conforme regimento interno.





III- associados benfeitores são os que contribuem com a entidade espontaneamente e periodicamente, sem que a mesma estipule a forma ou a quantia.

IV- associados beneméritos são os que prestam à entidade relevantes serviços das ações desenvolvidas pela Associação, sendo os mesmos indicados pelo Diretor Presidente.

Art. 7º São direitos dos associados:

I- A participação, direito de voz e voto nas instâncias deliberativas da associação.

Art. 8º São deveres dos associados:

I- cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II- acatar as determinações da diretoria;

III- estar em dia com as contribuições associativas.

§1º - Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão da diretoria, após o exercício de direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

§2º - Fica garantida aos associados o direito de desligamento voluntário, do quadro associativo, quando julgarem necessárias, desde que comuniquem por escrito à diretoria o seu pedido de desligamento.

Art. 9º Os associados, dirigentes e conselheiros não respondem solidariamente, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da associação.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 10º A Associação Comunitária de Prevenção ao Uso indevido de Drogas "Projeto de Vida" - será administrada por:

I- Assembleia geral;

II- Diretoria;

III- Conselho Fiscal

IV- Conselho Comunitário.

Art. 11º A assembleia geral, órgão soberano da entidade, será constituída de associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.





Art. 12º Compete à Assembleia Geral:

- I- eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II- destituir os administradores;
- III- apreciar recursos contra as decisões da diretoria;
- IV- decidir sobre reformas do estatuto;
- V- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir e hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI- conceder o título de associado benemérito e benfeitores por proposta da diretoria;
- VII- decidir sobre a extinção da entidade.
- VIII- aprovar as contas;
- IX- aprovar o regimento interno;

Art. 13º A assembleia geral realizar-se-á, ordinariamente uma vez por ano para:

- I- apreciar o relatório anual da diretoria;
- II- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal.

Art. 14º A assembleia geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- pelo Presidente da entidade;
- II- pelo Conselho
- III- pela Diretoria
- IV- pelo Conselho Fiscal
- V- Pelo Conselho Comunitário
- VI- pelo menos por um 1/5 (um quinto) dos associados

Art. 15º A convocação da assembleia geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



4



§1º A assembleia geral se reunirá em 1ª (primeira) convocação, com a maioria simples dos associados, e, em 2ª (segunda) convocação com qualquer número de associados, não exigindo quorum especial.

§2º Para as deliberações que se referem aos incisos II e IV do artigo 12º é exigido o voto concorde de 2/3 dos associados presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Art. 16º A diretoria será constituída por:

- I- Presidente;
- II- Vice-presidente;
- III- Secretário;
- IV- Tesoureiro.

Art. 17º São condições de elegibilidade para os cargos diretivos e consultivos da entidade:

- I- ter idoneidade moral;
- II- ser sócio, pelo menos a 02(dois) anos e estar em dia com as obrigações estatutárias.
- III- ter comprovadamente 04(quatro) anos ininterruptos de atuação nas atividades promovidas pela entidade;

Art. 18º As eleições dar-se-ão a cada 04 (quatro) anos, com a garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos, permitida a reeleição, consideram-se eleitos, a qualquer dos cargos elencados no caput desse artigo, desde que obtenham a maioria absoluta dos associados votantes.

Parágrafo único. O tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, será limitado ao máximo de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 19º Compete à diretoria:

- I- elaborar e executar programa anual de atividades;
- II- elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III- celebrar com instituições públicas e privadas termos de colaboração e fomento em atividades de interesse comum;





IV- contratar e demitir funcionários;

V- recrutar atividade voluntária, de acordo com a legislação vigente.

§1º O **PROJETO DE VIDA** poderá remunerar tanto seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva da associação, quanto aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado.

§2º A Diretoria exerce o seu mandato até a posse da nova Diretoria mesmo que vencido o seu prazo, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias.

Art. 20º A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 21º Compete ao presidente:

- I- receber doações e subvenções;
- II- cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- III- presidir a assembleia geral;
- IV- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V- movimentar conta bancárias, juntamente com o tesoureiro ou individualmente;
- VI- Celebrar termos de colaboração e fomento com instituições públicas e privadas;
- VII- representar a associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “**PROJETO DE VIDA**”, judicialmente e extrajudicialmente.

Art. 22º Compete ao Vice-Presidente:

- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, colaboração ao presidente;

Art. 23º Compete ao secretário:

- I- secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia geral;
- II- publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Art. 24º Compete ao tesoureiro:

- I- apresentar semestralmente o balancete;





- II- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- III- movimentar contas bancárias, com anuência do Presidente;
- IV- arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- V- pagar as contas autorizadas, expressamente, pelo presidente ou seu substituto eventual;
- VI- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VII- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;
- VIII- conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria.

Art. 25º O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária, será composto por representantes de 05(cinco) entidades legalmente constituídas, podendo indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 1º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 2º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, 05(cinco) Conselheiros Comunitários.

§ 3º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 26º. Compete ao Conselho Comunitário:





- I – fiscalizar a programação da emissora;
- II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V – receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI – submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art.27º O conselho fiscal será constituído por três membros, todos eleitos pela assembleia geral, observado o seguinte:

- I- o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria;

Art. 28º Compete ao conselho fiscal:

- I- opinar sobre aquisição e alienação de bens;
- II- examinar os livros de escritura da entidade;
- III- examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, emitindo parecer a respeito;
- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- Requisitar, a qualquer membro e a qualquer momento a exibição de documentos relativos à associação.

Parágrafo único. O conselho reunir-se-á sempre que for necessário, após prévia convocação.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 29º O patrimônio da associação comunitária de prevenção ao uso indevido de drogas – “Projeto de Vida” será constituído de contribuições espontâneas, patrocínios ou recursos eventualmente fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública, devendo ter registro contábil.





Art. 30º Constituem receitas do **PROJETO DE VIDA**:

- I- termos de Parceria, subvenções, dotações, contribuições e outras rendas estipuladas em favor da associação pela Administração pública direta e indireta;
- II- contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- III- rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- IV- rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- V- Usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;
- VI- Juros bancários e outras receitas de capital;
- VII- Outras rendas eventuais.

Parágrafo único. As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no Território Nacional.

Art. 31º As atividades dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 32º A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

CAPÍTULO VI
DA ATIVIDADE DE RADIODIFUSÃO

Art. 33º A atividade de difusão comunitária, de caráter cultural, tem por finalidade:

- I- contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- II- dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- III- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV- coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;



9



- V- promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- VI- promover continuamente o debate objetivando ao avanço dos projetos comunitários.
- VII- prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, profissionais, governamentais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;



CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 34º Os bens móveis ou imóveis que a entidade possua ou venha a possuir, só poderão ser gravados com hipoteca, ou alienados por decisão da assembleia geral.


Art. 35º O exercício financeiro será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se ao inventário de todos os bens e ao levantamento da receita obtida e da despesa realizada, com escrituração Contábil, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, obedecendo às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), com divulgação de breve relatório e justificativa das atividades.


Art. 36º O presente estatuto social poderá ser reformado a qualquer tempo, a critério da assembleia geral.

Art. 37º Se, por qualquer motivo, a associação se dissolver, o seu patrimônio líquido e as obrigações por ela assumidas serão destinadas à outra associação congênere, devidamente registrada no CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ou a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da Lei Federal 13019/2014, cujo objetivo social seja preferencialmente o mesmo da associação extinta, a juízo da assembleia geral que determinar o encerramento das atividades.

Art. 38º Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Contagem, 29 de abril de 2020.


Soraya Jesus Duarte Silva
Presidente


Paulo de Tarseo Mariano
OAB/MG 116.606





PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DURVAL DE BARROS

Autentico este documento, composto de 10 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado do Cartório de Ibirité/MG, 18/05/2020.

SELO CONSULTA: DP891061

CÓDIGO SEGURANÇA: 4784064830826479

Quantidade de cópias produzidas: 10

Atos praticados por: **ANDREA RAMON MACHADO** - Escrevente

Emol.: R\$ 64,80 - T.F.J.: R\$ 17,00 - Valor final: R\$ 74,80 - ISS: R\$ 2,70

Consulte a validade deste selo no site: <https://www.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: AAK066885

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS - CONTAGEM - MG

Oficial: **Dr. João César de Oliveira**, 1556 - LJ. 03 - Eldorado

Antônio Barroso Massola - Contagem - MG - CEP 37.515-070 - Fone: (31) 3391-6181

Apresentado hoje, PROTOCOLADO sob o número **13214**

VERBADO no Livro **2** sob o número **6471**.

Contagem, 14 de Maio de 2020.

O Oficial

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Títulos e Documentos - Pastora J. de Aze. - Contagem/MG

Atos praticados por: **Thamara Fofreiros Azeite** - Escrevente Autorizada

SELO DE CONSULTA: DP891061

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4784064830826479

Quantidade de cópias produzidas: 01

Emol.: R\$ 16,40 - Rescomp.: R\$ 1,60

T.F.J.: R\$ 167,00 - Valor Final: R\$ 185,00 - 18/05/2020 8:58

Cod. Documento: 10 / 5613-11

Consulte a validade deste selo no site: <https://www.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
GABRIELLE OLIVEIRA LEITE

DATA DE NASCIMENTO **18/11/1998** Nº INSCRIÇÃO **2091 9892 0230** ZONA **288** SEÇÃO **0211**

MUNICÍPIO/UF **IBIRITÉ/MG** DATA DE EMISSÃO **30/08/2019**

[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR
Gabrielle Oliveira Leite

POTEGAR DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-5.384.651 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/06/2016

NOME SORAYA JESUS DUARTE SILVA

FILIAÇÃO MIGUEL FERREIRA DUARTE
NILZA DE JESUS DUARTE

NATURALIDADE CONTAGEM-MG DATA DE NASCIMENTO 30/6/1971

CAS. LV-15BAUX FL-37

DOC. ORIGEM PARQUE INDUSTRIAL-MG

CPF 809260296-49 PIS 1243037871-1

PIC-2581 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e
de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.



a vida sem drogas é um grande projeto.

Rua Rio Branco 233D - Bairro Amazonas - Contagem - MG - Fone: 3361-7526 - CEP 32.223.540
www.projetoidevida.org.br

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOC. COMUNIT. DE PREV. AO USO INDEVIDO DE DROGAS-PROJ.VIDA

CNPJ: 03.015.043/0001-39

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:47:11 do dia 16/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/08/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.015.043/0001-39

Razão Social: ASSOC COMUN PREV USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA

Endereço: RUA RIO BRANCO 233 D / AMAZONAS / CONTAGEM / MG / 32223-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/07/2020 a 31/07/2020

Certificação Número: 2020070201272291357323

Informação obtida em 16/07/2020 12:48:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Processo nº **01250.058647/2017-06**.

Entidade: **Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**

Localidade: **Contagem / MG**.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (2345613).

1.1) Data de recebimento / Protocolo no SEI: 30/10/2017.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 2 a 4 (5535952).

Obs.: O processo se encontra tecnicamente instruído (5379599).

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (2345613).

3) Estatuto Social: fls. 5 a 15 (5535952).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 5º, VI;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica: art. 6º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7º, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 18;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 16;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 19 a 24;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução (após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos): art. 18, parágrafo único (4 anos).

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25 e 26.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º, 5º e 33;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6º (admissão). art. 8º, §1º (exclusão) e art. 8º, §2º (demissão);

e) Direitos dos associados: art. 7º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com procedimento que garanta o direito de defesa e de recurso: art. 8º, §1º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 5º, §1º e arts. 29 e 30;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11 a 15;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: alteração estatutária: arts. 11, IV e art. 36 (art. 15, §2º - quórum) e art. 12, VII (extinção);

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 10 a 24 e art. 28;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, II e IV e art. 15, §2º;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12, I, art. 17 e 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 14, VI;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 14 e 15 (4598585). **Mandato:** 12/08/2019 a 12/08/2023.

Presidente: Soraya Jesus Duarte Silva;

Vice-Presidente: Maurília Magna Gandra de Souza;
Secretária: Gabrielle Oliveira Leite;
Tesoureiro: Ítalo David Nunes dos Santos;

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes: fls. 23, 24, 26 e 30 (4598585) e fl. 17 (5535952).

6) CNPJ: fl. 16 e 17 (4598585)

7) Certidão Negativa da Anatel: (5708518).

8) Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls. 36 a 40 (4598585).

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (5708524).

10) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal: (5388393).

11) Certidão negativa de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (5388400).

*****PENDÊNCIAS:**

-

*****CONCLUSÃO:**

- Processo instruído.
- Será solicitado relatório de apuração de infrações à CGFI.

DADOS DOS DIRIGENTES

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Soraya Jesus Duarte Silva	30/06/1971	809.260.296-49	MG-5.384.651	Miguel Ferreira Duarte / Nilza de Jesus Duarte	093665630264	-	-
Vice-Presidente	Maurília Magna Gandra de Souza	30/12/1962	543.875.236-20	MG-2.488.705	José Maria Gandra Maria Adelina Gandra	003913350205	-	-
Secretária	Gabrielle Oliveira Leite	18/11/1998	143.609.196-97	MG-17.435.619	José Lopes Leite / Efigênia Maria de Oliveira Leite	209198920230	-	-
Tesoureiro	Ítalo David Nunes dos Santos	15/07/1996	136.387.496-90	MG-19.509.043	Antônio Cezar dos Santos / Aparecida Nunes dos Santos	210852540221	-	-

Data de Envio:

16/07/2020 12:59:01

De:

MC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Processo nº 01250.058647/2017-06 - Relatório de Apuração de Infrações

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem / MG (processo nº 01250.058647/2017-06), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schram
Analista Técnico Administrativo
URSC

Zimbra

argelia.schramm@mctic.gov.br

Fwd: Processo nº 01250.058647/2017-06 - Relatório de Apuração de Infrações

De : cgrc sei <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Qui, 16 de jul de 2020 15:33

Assunto : Fwd: Processo nº 01250.058647/2017-06 - Relatório de Apuração de Infrações**Para :** Argelia Diniz Schramm
<argelia.schramm@mctic.gov.br>

De: "Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas" <cgfi@mctic.gov.br>**Para:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 16 de julho de 2020 14:59:46**Assunto:** Re: Processo nº 01250.058647/2017-06 - Relatório de Apuração de Infrações

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Contagem/MG.

Atenciosamente.

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>**Para:** "Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas" <cgfi@mctic.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 16 de julho de 2020 12:59:02**Assunto:** Processo nº 01250.058647/2017-06 - Relatório de Apuração de Infrações

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem / MG (processo nº 01250.058647/2017-06), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schram
Analista Técnico Administrativo
URSC

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.058647/2017

Localidade / UF: CONTAGEM/MG

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PREVENCAO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE

Aviso: 16

Publicação: 24/05/2002

Prazo: 30

Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
GABRIELLE OLIVEIRA LEITE	143.609.196-97	Secretário	12/08/2019 12/08/2023	
MAURILIA MAGNA GANDRA DE SOUZA	543.875.236-20	Vice-Presidente	12/08/2019 12/08/2023	
ITALO DAVID NUNES DOS SANTOS	136.387.496-90	Tesoureiro	12/08/2019 12/08/2023	
SORAYA JESUS DUARTE SILVA	809.260.296-49	Presidente	12/08/2019 12/08/2023	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (2345613).

1.1) Data de recebimento / Protocolo no SEI: 30/10/2017.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 2 a 4 (5535952).

Obs.: O processo se encontra tecnicamente instruído (5379599).

2) Declaração de conformidade: fl. 1 (2345613).

3) Estatuto Social: fls. 5 a 15 (5535952).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 5º, VI;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica: art. 6º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7º, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 18;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 16;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 19 a 24;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução (após a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos): art. 18, parágrafo único (4 anos).

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25 e 26.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º, 5º e 33;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6º (admissão). art. 8º, §1º (exclusão) e art. 8º, §2º (demissão);

e) Direitos dos associados: art. 7º;

f) Deveres dos associados: art. 8º;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com procedimento que garanta o direito de defesa e de recurso: art. 8º, §1º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 5º, §1º e arts. 29 e 30;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 11 a 15;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: alteração estatutária:

arts. 11, IV e art. 36 (art. 15, §2º - quórum) e art. 12, VII (extinção);
k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 10 a 24 e art. 28;
l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, II e IV e art. 15, §2º;
m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12, I, art. 17 e 18;
n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 14, VI;
o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 37.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 14 e 15 (4598585). Mandato: 12/08/2019 a 12/08/2023.

5) RG E CPF dos dirigentes: fls. 23, 24, 26 e 30 (4598585) e fl. 17 (5535952).

6) CNPJ: fl. 16 e 17 (4598585)

7) Certidão Negativa da Anatel: (5708518).

8) Relatório do Conselho Comunitário + grade de programação: fls. 36 a 40 (4598585).

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (5708524).

10) Certidão de regularidade perante a Fazenda federal: (5388393).

11) Certidão negativa de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (5388400).

12) Relatório de Apuração de Infrações: (5709509).

CONCLUSÃO

Processo instruído. Será elaborada NT de revisão final (deferimento).

Analista: Argélia Diniz Schramm SIAPE 1786758

data: 16/07/2020

ARGELIA DINIZ SCHRAMM



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 1074/2020/SEI-MC

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, na localidade de **Contagem**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 99, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23/03/2006, e Decreto Legislativo nº 15, publicado no DOU de 21/02/2008.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 21/02/2018. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 30/10/2017, à fl. 1, 2345613, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS PROJETO DE VIDA
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Soraya Jesus Duarte Silva Vice-Presidente: Maurília Magna Gandra de Souza Secretária: Gabrielle Oliveira Leite

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	1 / 2345613
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	5 a 15 / 5535952
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	14 e 15 / 4598585
4	Comprovantes de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	23, 24, 26 e 30 / 4598585 17 / 5535952
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	36 a 40 / 4598585
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	1 / 2345613
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	16 e 17 / 4598585
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de	1 / 5708518

	Telecomunicações (Anatel).	
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	1 / 5708524
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	1 / 5388393
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	1 / 5388400
12	Relatório de apuração de infrações.	1 a 3 / 5709509
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (5709628).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 16/07/2020, às 16:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 24/07/2020, às 10:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/09/2020, às 20:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5709630** e o código CRC **6EF07826**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI nº 5709630

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

DESPACHO

Processo nº: **01250.058647/2017-06**

Entidade: **Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À CGRC,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 1074/2020/SEI-MC (5709630), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária e m **Contagem/MG**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

Florianópolis, 15 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 15/09/2020, às 15:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5880474** e o código CRC **753E63D5**.

Minutas e Anexos

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000425/2002 e nº 01250.058647/2017-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.058647/2017-06, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, explore pelo prazo de dez anos a partir de 21 de fevereiro de 2018, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio

da Nota Técnica nº 1074/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de Renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI-MCOM nº 5880474

DESPACHO

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Assunto: **Deferimento. Renovação de outorga**

De acordo.

Encaminhe-se a Nota Técnica 1074/2020 (5709630) e Despacho CGRC_REG_SC (5880474), à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 16/10/2020, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5888139** e o código CRC **D02292C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI-MCOM nº 5888139



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO PORTARIA Nº 1090/2020/SEI-MCOM de 16 de outubro de 2020

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000425/2002 e nº 01250.058647/2017-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5995532** e o código CRC **37FAE2F8**.

Brasília, 16 de outubro de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.058647/2017-06, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, explore pelo prazo de dez anos a partir de 21 de fevereiro de 2018, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1074/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1090, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de Renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5995541** e o código CRC **62108481**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/11/2020 14:15:03
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: VITOR TORRES DA SILVA
Ofício: 6100035
Data prevista de publicação: 05/11/2020
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
13053097	01250.0035792018-11.rtf	d9d80219135e86e1 61a2fb435d3ba037	5,00	R\$ 165,20
13053098	53000.0078922014-40.rtf	2af9add25ae6615b 65d98d1ac3e113e5	5,00	R\$ 165,20
13053099	53900.0164312015-03.rtf	5aee73230a34bc37 9e51d16aa61e17ad	5,00	R\$ 165,20
13053100	53900.0173512015-67.rtf	2567b86088bfc9f6 ffef81e726ba67d9	5,00	R\$ 165,20
13053101	53900.0299152015-12.rtf	3aa423b480921a54 10d9c3bbe1bfc3de	5,00	R\$ 165,20
13053102	53900.0353412015-11.rtf	feffc67453a5cbad 52482dbe5714bfc6	5,00	R\$ 165,20
13053103	53900.0398382015-09.rtf	593938f3e9fe9fbb 712d7d362b45c8cd	5,00	R\$ 165,20
13053104	53900.0442072015-01.rtf	63776e7e7e2dee6a 6aef67375ba9a429	5,00	R\$ 165,20
13053105	53900.0488342015-11.rtf	8a9716747c74e9bb e23d37b7c54b8437	5,00	R\$ 165,20
13053106	53900.0502722016-49.rtf	37cd598ae47bd8e0 6e74bbafac1c61d2	5,00	R\$ 165,20
13053107	01250.0105092016-57.rtf	6cf77003a460a469 fd32f93f26d2a55c	5,00	R\$ 165,20
13053108	01250.0112892016-89.rtf	910fa1a72696861a e9d5fae4a121aebe	5,00	R\$ 165,20
13053109	01250.0404762019-12.rtf	4bc6344b3b39b5e8 3eba9beee36bb348	5,00	R\$ 165,20
13053110	01250.0586472017-06.rtf	a2daee2957bf9c12 45ac6cb15cd832a2	5,00	R\$ 165,20
13053111	01250.0757832017-52.rtf	1244199a4d3c777d 587e5f448bc0e85c	5,00	R\$ 165,20
13053112	01250.0798832017-58.rtf	c21bea0e22ddda51 31aab06829901755	5,00	R\$ 165,20
13053113	01250.0800612017-10.rtf	d810459832964713 f6d0373835a1ba47	5,00	R\$ 165,20
13053114	01250.0804862017-29.rtf	5a6dcfad6f591e71 1e114e29522f68bb	5,00	R\$ 165,20
TOTAL DO OFICIO			90,00	R\$ 2.973,60



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.086/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000444/2002 e nº 53900.029915/2015-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de agosto de 2015, a autorização outorgada à Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina, inscrita no CNPJ nº 24.303.216/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.087/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001740/1998 e nº 53900.017351/2015-67, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de julho de 2015, a autorização outorgada à Associação Distribuidora de Pão Aos Pobres, inscrita no CNPJ nº 56.011.737/0001-64, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.088/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.063871/2005 e nº 01250.003579/2018-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de novembro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Para o Progresso de Maranguape, inscrita no CNPJ nº 02.054.798/0001-80, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maranguape, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.089/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.000157/2000 e nº 01250.075783/2017-52, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 2 de junho de 2018, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária São João FM, inscrita no CNPJ nº 03.239.681/0001-33, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São João do Polêsine, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.090/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000425/2002 e nº 01250.058647/2017-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.091/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001120/1999 e nº 53000.007892/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, inscrita no CNPJ nº 03.274.176/0001-20, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marapoama, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.092/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000098/2002 e nº 53900.016431/2015-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento, CNPJ nº 04.930.259/0001-92, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Livramento, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.093/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.001247/2002 e nº 01250.079883/2017-58, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Paz FM, CNPJ nº 05.020.092/0001-95, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Planaltina, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.094/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000484/1999 e nº 53900.039838/2015-09, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II, CNPJ nº 02.486.671/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Serraria, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.095/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000013/2002 e nº 01250.080061/2017-10, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de agosto de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo, CNPJ nº 04.779.845/0001-88, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Carlo, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.096/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000011/1999-61 e nº 53900.035341/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Salgadinho, CNPJ nº 02.929.455/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salgadinho, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.097/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001153/1998 e nº 01250.010509/2016-57, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia, CNPJ nº 02.749.800/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ponta Grossa, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.058647/2017-06.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA.**

Assunto: **COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. PORTARIA PUBLICADA.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Por meio da Portaria nº 1090, de 03 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2020, renovou-se a outorga da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS - PROJETO DE VIDA para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de CONTAGEM/MG. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 01250.058647/2017-06, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, para posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 25/02/2021, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 17/03/2021, às 10:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 24/03/2021, às 20:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6271401** e o código CRC **3C52EF18**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.058647/2017-06

SEI-MCOM nº 6271401

Ofício Interno nº 3527/2021/MCOM

Brasília, 3 de maio de 2021

Ao Senhor
Bruno Lins
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos Outorga (5995541)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1090/2020/SEI-MCOM (6046726), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Outorga (5995541), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/05/2021, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7151723** e o código CRC **8FD2B29C**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 3527/2021/@setor@ - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 7151723

Brasília, 21 de Junho de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.058647/2017-06, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Prevenção Ao Uso Indevido de Drogas - Projeto de Vida, inscrita no CNPJ nº 03.015.043/0001-39, explore pelo prazo de dez anos a partir de 21 de fevereiro de 2018, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Contagem, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1074/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1090, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2020, que trata da renovação.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 13566/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.058647/2017-06.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho a Vossa Senhoria processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 21/06/2021, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7645842** e o código CRC **934877B8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13566/2021/MCOM - Processo nº 01250.058647/2017-06 - Nº SEI: 7645842